



Embrapa Gado de Corte

Anexo

<p align="center">REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA PREGÃO ELETRÔNICO - EMBRAPA Nº 0001/2023</p>				
OBJETO: Contratação de empresa para manutenções e fornecimento de material para infraestrutura do BIOPEC.				
CRITÉRIO DE JULGAMENTO <input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço <input type="checkbox"/> Maior Percentual de Desconto		MODO DE DISPUTA <input type="checkbox"/> ABERTO <input checked="" type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO		
Data de Abertura: 09/03/2023 às 09:00 (hora de Brasília/DF), sítio www.comprasgovernamentais.gov.br				
Valor total estimado: R\$ 948.150,00 (novecentos e quarenta e oito mil cento e cinquenta reais).				
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2023, conforme declaração de disponibilidade orçamentária SEI nº 8375909.				
Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
Sim <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa Não <input type="checkbox"/>	- Autorização de Fornecimento <input type="checkbox"/> - Contrato <input checked="" type="checkbox"/>	Por item <input type="checkbox"/> Por Lotes <input checked="" type="checkbox"/> Preço Global <input type="checkbox"/>	Requisitos Específicos: - Seção 4.13 do Edital - Demais (Veja Termo de Referência) - Pedimos atenção a declaração constante do subitem 4.11.11 (ANEXO H)	
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?	Prazo para envio da proposta/documentação
Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações		
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço compras: cnpqc.compras@embrapa.br.		Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço compras: cnpqc.compras@embrapa.br.		
DAS PROPOSTAS PRazo DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação. 1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguinte procedimentos, quando da disponibilidade financeira: a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação; b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação; 2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame. 3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância. 4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos. Observações Gerais:				

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: Embrapa Gado de Corte, sediada na Avenida Rádio Maia, 830 - Vila Popular, Campo Grande - MS, 79106-550, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação a "Contratação de empresa para manutenções e fornecimento de material para infraestrutura do BIOPEC", de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo A).
- 2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.
- 2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:
- a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, desde que aplicada pela Embrapa;
 - b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
 - c) penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
 - d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III, da Lei n. 8.429/1992;
- 3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.
- 3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;
- 3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.
- 3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:
- a) Será admitida (X).
 - b) Não será admitida (___), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
- 3.9. A participação de empresas reunidas em consórcio:
- a) Será admitida (___).
 - b) **Não será admitida (X)**, conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
- 3.9.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:
- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
 - c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
 - d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
 - e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;
- 3.9.2. Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.
- 3.9.3. Esta Licitação:
- a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas(___).
 - b) estabelece o limite máximo de até ___(____) empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.
- 3.9.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.
- 3.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.11. Este pregão é de âmbito nacional.
- 3.12. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.12.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
 - b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 3.12.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 3.12.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 3.12.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.12.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.12.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.12.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 3.12.8. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.6. Os licitantes declararão, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- 4.6.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas Decreto nº 10.024/2019, em especial, a penalidade prevista no inciso IX, de seu artigo 49.
- 4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta, na forma do Capítulo IX do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38 do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.11. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:
- 4.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- 4.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 4.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 4.11.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 4.11.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 4.11.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 4.11.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme exigências descritas no Termo de Referência.
- 4.11.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;
- 4.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver;
- 4.13. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:
- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por Instituições Públicas ou Privadas compatíveis em quantidade e prazos com o objeto deste Edital, que comprovem a capacidade do licitante de realizar seu objeto;
- a.1.) **Registros no CREA**, tanto da empresa, como do profissional.
- b) Comprovar possuir em seu quadro permanente, na data da apresentação da proposta, profissional de nível superior em engenharia mecânica/naval ou engenheiro civil ou engenheiro eletricitista/eletrônico ou tecnólogo em mecânica de precisão ou mecânica industrial ou construção civil ou automação industrial, eletrotécnica industrial detentor (a) de atestado de capacidade técnica de manutenção e/ou implementação de instalações de biocontenção NB2, NBA3 experiência em sistema de ar condicionado central por água gelada, em sistemas de pressão negativa, em controle de umidade e temperatura em Laboratórios de Biossegurança de classe NB-3 ou superior.
- b.1.) A comprovação de vínculo dos profissionais com a Licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:
- I. Cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como CONTRATANTE;
- II. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;
- III. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ou
- IV. Declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de anuência deste.
- c) Deverá declarar que o (s) profissional (is) que irá (ão) realizar as manutenções, estão em conformidade com as exigências e formação mínima contidas no termo de referência. Os documentos comprobatórios da experiência profissional deverão mencionar expressamente o tempo de experiência. Devem ser informados endereço, número de telefone, fax ou outro meio pelo qual a Embrapa Gado de Corte possa se utilizar para contatar o Empregado/ Contrato da Empresa vencedora do certame.
- 4.14. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.
- 4.15. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;
- 4.16. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 4.17. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.
- 4.18. Para demonstração da Qualificação Econômica Financeira, será exigida a seguinte documentação:
- 4.18.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 4.18.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 4.18.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 4.18.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 4.18.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 4.18.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

4.18.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.18.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. (definição conforme artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018)

4.18.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

4.18.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em 10%(dez por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação;

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

4.18.6.1. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

4.19. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

4.20. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015;

4.21. Para aplicação do disposto no item 4.20, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação;

4.22. A prorrogação do prazo constante do item 4.20 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

4.23. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.24. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

4.24.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acordãos TCU 988/2022 - Plenário)

4.24.2. Caso existam dúvidas relacionadas à incertezas e/ou divergências constadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

4.24.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

4.25. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total;

b) Fabricante, se for o caso;

c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas indicado no preâmbulo deste Edital poderá ser prorrogada mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.11. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com as regras deste edital deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 6.12. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto" (Não se aplica neste certame)

- 6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:
- 6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,03. (zero vírgula zero três).
- 6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.23. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, na forma do §3º do artigo 32 de Decreto 10.024/2019.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

- 6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:
- 6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.27. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.28. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.29. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.30. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

- 6.31. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:
- a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;
- b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.
- c) se a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não exercer o direito de preferência, deverão ser convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.32. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.31., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.33. O procedimento previsto no subitem 6.32. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.32.

6.34. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.32. e 6.33., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.35. O disposto no subitem 6.34. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.36. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará em até 2 (duas) horas, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema Comprasnet ou, em caso de problemas de comunicação na rede e de forma motivada pelo licitante, no e-mail cnpgc.compras@embrapa.br, a PROPOSTA FORMAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.36.1. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.36.2. É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.37. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.38. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.39. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

6.40. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.41. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.42. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.43. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 6.43, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.44. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

7.2. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

7.3. Se depois de adotada a providência referida no item 7.1.2 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.4. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.5. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.6. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.7. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.8. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados para tanto, tais como:

- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) Solicitar informações junto às Secretarias de Trabalho e de Previdência, do Ministério da Economia;
- c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.9. Qualquer licitante poderá requerer, motivadamente, que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.29. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.32. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

8 Habilitação

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados nos termos do disposto no art. 26, do Decreto 10.024/2019.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, nos termos do § 2º do artigo 38 do Decreto 10.024/2019.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor do pregão durante a sessão pública, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando deverá ser concedido a ele o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso a contar da disponibilização da decisão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que devem começar a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput** do art. 44 do Decreto 10.024/2019, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.3. Apresentadas as razões e contrarrazões, o pregoeiro disporá de 5 (cinco) dias úteis, para decisão.

9.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.6. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17 do Decreto 10.024/2019.

11.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13 do Decreto 10.024/2019.

12. ERROS OU FALHAS

12.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

12.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

() Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(X) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência/Minuta contratual.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. A Embrapa convocará o licitante vencedor para assinatura do Contrato em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. Havendo recusa de assinatura do Contrato, a Embrapa poderá revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificação, para negociação e possível adjudicação do objeto da licitação e homologação pela autoridade superior.

15. PENALIDADES

15.1. Aquele que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2. O licitante estará sujeito à multa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:

- a) não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não mantiver a proposta – multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da sua proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- c) apresentar documentação falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- d) comportar-se de modo inidôneo – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- e) fizer declaração falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- f) cometer fraude fiscal – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta.

15.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

15.4. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.5. A aplicação das penalidades acima referidas correrão em processo administrativo devidamente autuado conforme a Lei, o qual poderá iniciar-se de ofício ou a pedido de qualquer interessado.

15.6. Será dada vista dos autos à parte interessada, o qual terá direito de obter cópias de documentos nele contidos e conhecer as decisões proferidas, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

15.7. A aplicação das penalidades ocorrerá após apresentação defesa pelo interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato (Lei nº 13.303/2016, art. 83, § 2º e item 11.1.2.3 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa), momento em que lhe será facultado formular alegações, apresentar documentos, bem como produzir provas.

15.8. Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo interessado quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

15.9. O interessado será intimado de prova ou diligência ordenada, com antecedência de 3 (três) dias úteis da sua realização.

15.10. Ultrapassada as fases do item 15.7, caberá ao Chefe Adjunto de Administração da Unidade/Supervisor de Contratações Públicas da Sede o acolhimento ou não da defesa apresentada, devendo proferir decisão com a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

15.11. O interessado será intimado da decisão, por intermédio de seu preposto ou, alternativamente, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento ou, ainda, por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

15.11.1. No caso de desconhecimento ou de domicílio/sede indefinido, a intimação será efetuada por meio de publicação Diário Oficial da União.

15.12. Da decisão administrativa cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação do ato (item 12.1. do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa).

15.13. Poderá o interessado, quando a interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

15.14. O recurso interposto não terá efeito suspensivo. No entanto, havendo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

15.15. Interposto o recurso, o Chefe Adjunto de Administração/Supervisor de Contratações Públicas da Sede intimará os demais interessados, se for o caso, para que, no prazo de 10 (dez) dias corridos, apresentem alegações.

15.16. O recurso será dirigido ao Chefe Adjunto de Administração/Supervisor de Contratações Públicas da Sede, o qual, se não reconsiderar sua decisão, o encaminhará ao Chefe Geral/Gerente de Contratação e Infraestrutura.

15.17. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

15.17.1. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

15.18. A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

15.18.1. Se da aplicação do disposto no item 15.17 puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

15.19. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou cientificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

15.20. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

15.21. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

15.23. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

16. ATOS LESIVOS À Embrapa

16.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

16.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

16.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

- 16.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.
- 16.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.
- 16.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:
- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
 - b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
 - c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.
- 16.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.
- 16.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.
- 16.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 21 do Decreto nº 8.420/2015.
- 16.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- 16.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.
- 17.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.
- 17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 17.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 17.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 17.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio acima indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.
- 17.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa.
- 17.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.
- 17.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.
- 17.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.
- 17.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.
- 17.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.
- 18.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.
- 18.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da lei 13.303/2016.
- 18.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.
- 18.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.
- 18.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:
- a) ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA;
 - b) ANEXO B - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO BIOPEC - EMBRAPA GADO DE CORTE/MS;
 - c) ANEXO C - QUADRO COM DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA A SEREM EXECUTADOS NO BIOPEC - EMBRAPA GADO DE CORTE/MS;
 - d) ANEXO D - RELAÇÃO DOS FILTROS DAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE AR DOS LABORATÓRIOS DO BIOPEC - EMBRAPA GADO DE CORTE/MS;
 - e) ANEXO E - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA;
 - f) ANEXO F - MODELO PARA A PROPOSTA – Planilha de Preços;
 - g) ANEXO G - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;
 - h) ANEXO H - MODELO DE DECLARAÇÃO;
 - i) Anexo I - Modelo de Termo de Cooperação Técnica (Anexo XII-A da IN 05/2017);
 - Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____;
 - Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____;
 - Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____;
 - Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____;
 - Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____;
 - Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____;
 - Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____;
 - Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____;
 - j) ANEXO J - MINUTA DE CONTRATO.

____, ____ de _____ de _____

Sandro Silvio Pinheiro

ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA**1.OBJETO**

Contratação de serviços contínuos especializados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção preventiva e corretiva do Laboratório Multiusuário de Biossegurança para a Pecuária - Biopec da Embrapa Gado de Corte em Campo Grande/MS, conforme descrito a seguir: infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar e automação das áreas de Nível de Biossegurança 2 (NB2) e 3 (NB3/NBA3) e demais áreas do Biopec, incluindo, sob demanda as peças, materiais, insumos e filtros com emissão de relatórios, certificados e laudos, segundo as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e nos seus anexos.

1.1.O objeto será reunido em um grupo / lote, conforme tabela abaixo, devendo os licitantes oferecer proposta para cada um dos itens que compõem o lote, observando o valor de referência individual. Será ganhadora a empresa que ofertar a melhor proposta para o grupo / lote no Sistema Comprasnet e caso algum item permanecer acima do valor de referência constante neste TR será motivo de negociação e ajustes.

Lote	Item	Descrição/Especificação	Unidade	Qtde.	Valor Máximo Unitário (R\$)	Valor Máximo Total (R\$)
1	1	Prestação de serviços contínuo especializado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção preventiva e corretiva do Laboratório Multiusuário de Biossegurança para a Pecuária - Biopec da Embrapa Gado de Corte em Campo Grande/MS, conforme descrito a seguir: Infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar das áreas de biossegurança 2 (NB-2) e 3 (NB-3) e demais áreas do Biopec, conforme descrito nos Anexos B e C.	Serviço	20	35.620,00	712.400,00
	2	Prestação de serviços de fornecimento de acessórios, componentes, partes e peças de reposição.	Unidade de Real	200.000	1,00	200.000,00
	3	Prestação de serviços especializados eventuais, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em biossegurança incluindo capacitação e treinamento nos sistemas que compreende o Biopec por especialista em biossegurança conforme item 8.12.1 deste Termo de Referência.	Hora	110	325,00	35.750,00

1.1.1. O item 1 por se tratar de serviços de manutenção preventiva e corretiva de natureza contínua pelo período de 20 (vinte) meses, a partir da data de publicação, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos através de termo aditivo, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, como previsto em lei. Esse item será formalizado via contrato.

1.1.2. O valor estimado para o serviço de fornecimento de acessórios, componentes, partes e peças de reposição para adequação, ajuste da estrutura e manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura geral, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar, sistema de automação e tratamento de efluentes do Laboratório Multiusuário de Biossegurança para a Pecuária - Biopec, previsto no item 2, da tabela acima, trata-se de previsão do gasto. O pagamento será efetuado mensalmente, em conjunto com o pagamento mensal dos serviços prestados, apenas quando comprovada a efetiva prestação do serviço, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência, até o valor estimado. Pode ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos através de termo aditivo, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, como previsto em lei.

1.1.2.1 Na análise da proposta e na fase de aceitação serão desclassificadas as propostas que na sua composição do custo apresentarem valor unitário diferente de R\$ 1,00 (um real) para o item 2.

1.1.3. Os itens 2, 3 por se tratarem de serviço técnico especializado, trata-se de previsão estimada. O pagamento será efetuado mensalmente, em conjunto com o pagamento mensal dos serviços prestados, apenas quando comprovada a efetiva prestação do serviço, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência, até o valor estimado. Pode ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos através de termo aditivo, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, como previsto em lei.

1.1.4. Para os itens 2 e 3 a Administração reserva-se o direito de realizar empenho estimativo após a identificação da necessidade via documentos técnicos apresentados pela CONTRATADA, respeitando os limites máximos de quantidades e valores.

1.1.5. A licitante vencedora deverá realizar o visto ou registro secundário no CREA-MS, conforme legislação em vigor, verificando a necessidade deste procedimento para a pessoa jurídica e seus responsáveis técnicos.

1.2. Para fins desta contratação, aplicam-se as seguintes legislações: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, além das exigências estabelecidas no Edital.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Biopec é um laboratório de contenção destinado à manipulação de agentes de risco biológico classe 2 (dois) e classe 3 (três), eventualmente classe 4, ou seja, com agentes que podem causar doenças sérias ou potencialmente fatais como resultado de exposição por inalação ou danos ao meio ambiente. Uma das barreiras utilizadas para proteger a comunidade contra a contaminação por agentes manipulados neste laboratório é a manutenção do gradiente de pressão diferencial negativa, controlado por sistemas de automação, o qual permite um fluxo unidirecional do ar através de filtros absolutos, a fim de garantir a bioproteção dos seus operadores e do ambiente circundante.

2.2. A manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos dos laboratórios tem como objetivo garantir o perfeito e ininterrupto funcionamento das atividades, de forma a garantir a biossegurança de seus usuários e da comunidade, bem como dar suporte às pesquisas básicas e aplicadas que utilizam as suas estruturas. É fato que o escape de um destes agentes causaria prejuízos econômicos, provocando ainda impactos ambientais de grandes proporções, que interferem de forma direta no agronegócio, o que implica na geração de empregos e qualidade de alimentos ofertados pelo nosso País.

2.3. A necessidade de contratação de serviços continuados de engenharia especificados neste objeto justifica - se pela carência de pessoal técnico e operacional para prestação de serviços e está amparado pelo Decreto nº 2.271/97 que dispõe sobre a execução indireta "das atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares" (art.1º, caput), exemplificando, dentre outras, as de "manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta" (art. 1º, § 1º). Estes serviços são necessários para a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas, instalações e equipamentos do Biopec, promovendo um ambiente de trabalho seguro, o que justifica a contratação dos serviços pela Administração Pública.

2.4. A contratação torna-se necessária, também, para garantir a funcionalidade dos sistemas existentes, evitando a paralisação de importantes processos nos laboratórios como fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água, lavagem e autoclavagem de material contaminado de laboratório, funcionamento de equipamentos de laboratório e outros serviços essenciais por falta de manutenção. Deixar as instalações sem o acompanhamento e sem as necessárias intervenções diárias a serem realizadas, por equipe técnica devidamente treinada e qualificada, poderá comprometer a vida útil dos equipamentos.

3. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Manter o funcionamento dos laboratórios dentro dos parâmetros exigidos de qualidade e continuidade, considerando a inexistência de pessoal técnico especializado para a execução no corpo de funcionários deste órgão.

3.2. A contratação de uma empresa especializada para a prestação destes serviços é mais vantajosa para a Administração, pois propicia uma melhor qualidade dos serviços e, ainda, economia, eficácia e rapidez na realização dos trabalhos de manutenção preventiva e corretiva.

3.3. Destacamos que o Biopec, como complexo laboratorial, encontra-se dotado de inúmeros equipamentos alimentados diuturnamente pela rede elétrica pública necessitando, portanto, de monitoramento ininterrupto de profissionais especializados que se pretende contratar. Por outro lado, quedas de energia elétrica ou falta de energia relacionada a problemas na rede pública devem ser imediatamente supridas, evitando que análises sejam bruscamente interrompidas e que o analista perca todo o seu trabalho, bem como aquecimento de amostras armazenadas em geladeiras e freezers e resfriamento de materiais mantidos em estufas de incubação ou esterilização.

3.4. Em relação ao sistema de refrigeração a água gelada constituído de Chiller, a execução do serviço visa proporcionar as condições climáticas adequadas, mantendo os patamares ideais de temperatura, umidade relativa do ar e renovação de ar. Para que o sistema de climatização funcione perfeitamente é necessário manter contrato com empresa especializada para correções imediatas que evitem perdas dos parâmetros ambientais.

3.5. O pregão será composto por itens relativos aos gastos de manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças.

3.6. Este órgão pretende contratar os serviços descritos, de forma global, torna mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, já que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador. Além disso, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução em uma só pessoa jurídica e concentração da garantia dos resultados, evitando-se incompatibilidades que poderiam surgir da contratação individual dos serviços.

3.7. Justificamos ter optado por manutenção com fornecimento de peças e consumíveis em razão da necessidade de conservação imediata dos equipamentos bem como nas redes de instalações elétricas, hidráulicas efluentes entre outras. Caso procedêssemos esta licitação para contratar serviço com peças em separado, obviamente teríamos mais equipamentos fora de uso, pois, conseguir simultaneamente executar o serviço sem a posse da peça a ser substituída, certamente seria uma situação bem mais inadequada do que quando se contrata uma empresa com capacidade para fornecimento do serviço e peças. Licitando em separado, serviço e material (peças), a execução do contrato seria prejudicada, pois seria prestado por empresas diferentes, e acarretaria problemas tais como:

3.7.1. Incompatibilidade logística entre a eventual empresa vencedora dos itens de mão de obra e a de peças, fato que tem como consequência o envio de peças errados e demora por parte da empresa fornecedora das peças, causando perda de prazo e consequente atraso na manutenção do equipamento/sistema por parte da empresa responsável pela mão-de-obra.

3.7.2. Dificuldade em identificar a origem do problema e acionar a respectiva garantia, ou seja, caso se realize um serviço, com reposição de peças, e posteriormente apresente defeito dentro do período de garantia, as empresas tendem a alegar que o problema foi causado devido à má colocação das peças ou do defeito da própria peça, ficando um jogo de empurra-empurra.

3.7.3. No caso de um contrato com itens referente à mão de obra e outros às peças, seria necessário pagar um serviço para colocação das peças eventualmente defeituosas, problema que não se configura estando ambos os itens (mão de obra com peças) com uma única empresa.

3.7.4. Do ponto de vista da qualidade e do tempo gasto pelos serviços prestados não se configura vantagem técnica para a Administração a dissolução dos itens. Assim, justificamos o presente agrupamento de acordo com a legislação, respeitando as limitações de ordem técnica.

3.8. Em função da inviabilidade prática de planejamento, aquisição, armazenamento e controle de centenas de itens que poderiam nem ser utilizados em sua totalidade e visando prestigiar os princípios da eficiência e economicidade, optou-se pela referida sistemática de reposição de peças.

3.8.1. A não utilização dessa sistemática exigiria que a Administração efetuasse procedimento de compra pública cada vez que necessitasse da substituição imediata de uma peça ou material não disponível no estoque. Assim, poderia haver muitas ocasiões em que a necessidade não seria atendida a tempo, em função dos procedimentos necessários para compra, ocasionando transtornos relacionados à segurança de todos os funcionários do instituto e/ou interrupções ao andamento das pesquisas realizadas.

3.9. Ainda se faz necessário trazer para este Termo de Referência algumas questões administrativas que justificam a licitação por MENOR LANCE POR LOTE, sendo:

3.9.1. A composição dos lotes neste Termo de Referência considera que os objetos possuem a mesma natureza e guardam relação entre si. Afasta-se assim a figura da impossibilidade de competição, visto que as empresas que atuam no ramo de mercado dos produtos/serviços podem ofertá-los agrupados ou separadamente.

3.9.2. A composição em lotes busca também evitar o aumento desnecessário de rotinas e procedimentos, com o intuito de preservar o máximo possível a rotina do almoxarifado da Embrapa, que é afetado por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores. O fato de lidar com um único fornecedor ou poucos fornecedores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do objeto e garantias dos produtos.

3.9.3. Há de se considerar que o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatuta constitucional e deve ser buscada pela Administração Pública.

3.9.4. Colabora para este entendimento o Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara, onde informa que "inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si".

3.9.5. O agrupamento permitirá maior interação entre as execuções dos diferentes itens que compõem o objeto deste Pregão; maior facilidade no cumprimento e observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução em uma só pessoa jurídica e concentração da garantia dos resultados, evitando-se incompatibilidades que poderiam advir da contratação individual dos serviços.

3.10. A presente licitação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, observando os dispositivos legais vigentes..

3.11. O julgamento das propostas será realizado por LOTE, discriminados no item 1 deste Termo de Referência, observado o item 1.1. A contratação / emissão de Ordem de Compras e empenho se dará conforme necessidade da Embrapa Gado de Corte e ficará à escolha da área técnica responsável a definição da necessidade dos serviços e dos materiais, baseados em normas vigentes e laudos técnicos de profissionais especializados.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS

4.1. O objeto é de natureza comum conforme o parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, do Decreto 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Nesta esteira, também podemos concluir que os materiais em geral que serão utilizados tanto nas rotinas preventivas, quanto corretivas são de conhecimento comum ao mercado e atendem a classificação como de natureza comum.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Disposições gerais

5.1.1. Definições:

5.1.1.1. Manutenção preventiva é toda atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes dos equipamentos. Deverá ser executada em conformidade com os procedimentos de manutenção preventiva constantes nos manuais dos equipamentos e/ou de acordo com critérios pré-estabelecidos no Anexo C ou necessidades especiais.

5.1.1.2. Manutenção corretiva é toda atividade que é executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos equipamentos mantendo-os em perfeito funcionamento, inclusive com a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

5.1.2. É vedado à fiscalização, ou ao seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo se reportar, apenas, ao preposto ou ao responsável por ela indicado. Portanto, a CONTRATADA deverá indicar encarregado para distribuir, acompanhar e fiscalizar os serviços em questão e seu pessoal e solucionar qualquer problema de ordem técnica. Independentemente do quantitativo de empregados, a CONTRATADA deverá indicar um responsável/um preposto para a interlocução com a fiscalização da Embrapa Gado de Corte - Campo Grande/MS, devendo este ser a principal e única interlocução entre a CONTRATADA e a fiscalização da Embrapa Gado de Corte - Campo Grande/MS.

5.1.3. Todo e qualquer serviço será executado por profissionais habilitados e a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos causados a terceiros e ao patrimônio da Embrapa Gado de Corte - Campo Grande/MS, decorrentes da realização dos referidos trabalhos e de atos de seu pessoal. No caso em que o serviço solicitado não seja realizado no prazo contratual e/ou determinado pelo fiscal do contrato, a CONTRATADA deverá encaminhar, por escrito, os motivos e justificativas pelo atraso para apreciação e providências do fiscal do contrato, sob pena de ser caracterizado o descumprimento contratual e de possível aplicação de penalidade.

5.1.4. A CONTRATADA será responsável pela distribuição, acompanhamento e supervisão dos serviços e dos profissionais e deverá possuir pessoal capacitado para exercer estas funções. A CONTRATADA deverá estar estruturada para atender, integralmente, a todos os serviços propostos de manutenção preventiva e execução dos serviços de manutenção corretiva dentro dos prazos estipulados neste Termo de Referência.

5.1.5. A CONTRATADA reparará, às suas expensas, os serviços que tiverem sido rejeitados pela fiscalização da Embrapa Gado de Corte - Campo Grande/MS, por terem sido executados em discordância com as especificações e/ou normas aplicáveis.

5.1.6. A CONTRATADA assume, por meio desta contratação, toda e qualquer responsabilidade material, civil e financeira por danos decorrentes de falhas no escopo dos serviços contratados neste edital.

5.1.7. Os serviços de manutenção serão executados conforme Plano de Manutenção Preventiva a ser apresentado pela CONTRATADA ou a qualquer momento, dia ou hora, no caso de demanda de manutenção corretiva emergencial, num prazo máximo de 02 (duas) horas a partir do chamado comunicado, sempre com visita autorizada pela fiscalização.

5.1.8. As intervenções programadas ocorrerão de segunda-feira à sexta-feira das 7:30h às 11:30h e das 12:30h às 16:30h, entretanto, caso haja algum equipamento que por defeito prejudique o funcionamento normal do sistema, o mesmo deverá ser reparado imediatamente, independente de dia ou horário, dentro das condições previstas para manutenção corretiva.

5.1.9 Os serviços de manutenção serão executados mediante abertura de ordem de serviço (OS).

5.1.10. A comprovação de que o serviço foi executado satisfatoriamente conforme solicitado, será através da assinatura do fiscal do contrato na ordem de serviço da CONTRATADA, ficando o mesmo com uma cópia para controle da CONTRATANTE.

5.1.11. Mensalmente, a CONTRATADA emitirá um relatório com todas as intercorrências, bem como devem ser descritas e documentadas todas as providências que foram tomadas para garantir a operacionalidade do laboratório.

5.1.12. Em face dos agentes manipulados nos laboratórios NB-2 e NB3/NBA3 oferecerem risco à saúde do trabalhador, de seus usuários e da comunidade, conforme apresentado no subitem 2.1, é imperativo que a CONTRATADA apresente, à fiscalização, declaração de ciência destes riscos, além de oferecer treinamento adequado aos seus trabalhadores, bem como os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados para cada trabalho.

5.1.13. Os serviços listados são o mínimo requerido, devendo a CONTRATADA verificar as recomendações de manutenção de cada fabricante dos equipamentos/sistemas e executá-las, sem ônus adicional para a administração.

5.1.14. A CONTRATADA disponibilizará, ao menos, 01 (um) contato de telefone fixo, para atendimentos em horário comercial permanente, 02 (dois) contatos de telefone celular para, além destes atendimentos em horário comercial, outros possíveis atendimentos extraordinários emergenciais em horários não convencionais e 01 (um) endereço de e-mail para a mesma finalidade.

5.1.15. Deverá ainda a CONTRATADA disponibilizar no mínimo 03 (um) par de rádio de comunicação (Walktalk) ao (s) empregados (s) envolvidos na manutenção, sendo que 01 (uma) unidade deverá ser obrigatoriamente para o fiscal da CONTRATANTE.

5.1.16. O Responsável Técnico da CONTRATADA deverá estar presente para o acompanhamento dos serviços sempre que solicitado pela fiscalização.

5.1.17. Todo o transporte necessário para a execução dos serviços será de responsabilidade da CONTRATADA, que providenciará às suas custas veículos e meios necessários para tal. Não sendo admitido que qualquer serviço fique pendente por falta de transporte. Caso haja atraso dos serviços por deficiência no transporte, a CONTRATADA estará sujeita às sanções por não cumprimento do contrato.

5.1.18. A CONTRATANTE reserva-se o direito de exigir a substituição imediata de qualquer profissional da CONTRATADA que, por avaliação sua, não possua o conhecimento técnico e postura profissional necessária à perfeita realização dos serviços.

5.1.19. A CONTRATADA deverá elaborar plano de ação para atendimento emergencial fora do expediente normal (horário noturno, fins de semana, feriados, etc.), dispondo durante toda vigência deste contrato de equipamentos de telecomunicação tais como rádios, telefone celular ou outros, de forma a permitir o acionamento imediato dos profissionais e garantir o atendimento satisfatório da situação emergencial dentro do prazo estipulado.

5.2. Aplicativo CMMS (Computerized Maintenance Management System) para controle da manutenção Engeman

5.2.1. Diretrizes

5.2.1.1. A aplicação CMMS para o controle dos serviços de operação e manutenção definidos neste Termo de Referência é o sistema Engeman, já em uso no Biopec para o gerenciamento da operação e manutenção da infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar das áreas de biossegurança 2 (NB-2) e 3 (NB3/NBA3) e demais áreas. Caberá à CONTRATADA adquirir e fornecer a Embrapa Gado de Corte suporte técnico pelo período de 12 meses para licenças existentes, sendo 04 (quatro) licenças lite para estação de trabalho e 03 (três) licenças para dispositivos móveis. O suporte técnico fornecido pelo fabricante do software deve incluir, além das atualizações para versões mais atuais, treinamento para uso para no mínimo para os dois profissionais residentes de contratada e dois da Embrapa Gado de Corte com duração mínima de 40 horas. O treinamento dos usuários deve incluir a carga de dados, alimentação do banco de dados, consultas e emissão de relatórios. O treinamento poderá ser oferecido nas modalidades presencial ou à distância. A CONTRATANTE não assumirá nenhuma responsabilidade trabalhista e não estará sujeita ao pagamento de nenhum encargo trabalhista referente aos serviços prestados por técnicos do fornecedor do aplicativo. Todos os serviços prestados nas instalações da CONTRATANTE deverão ser previamente aprovados pela fiscalização. No caso de prestação de serviços nas instalações da CONTRATADA para o atendimento ao disposto acima, quaisquer despesas serão custeadas pela CONTRATADA, sem repasse à CONTRATANTE.

5.2.1.1.1. A CONTRATADA terá prazo de 60 (noventa) dias corridos após a assinatura do contrato para providenciar os treinamentos.

5.2.1.2.O aplicativo e suas licenças de uso existentes são de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, bem como o banco de dados associado ao aplicativo, hospedado em computador/servidores disponíveis na CONTRATANTE.

5.3. Carga de Dados

A CONTRATADA será responsável por realizar a carga de dados como a atualização do cadastramento detalhado do Plano de Manutenção, Operação e Controle, das equipes de trabalho, dos espaços físicos sujeitos a manutenção, e dos equipamentos sob sua responsabilidade (chillers fancoletes, fancoils, motores, bombas, ventiladores, exaustores, válvulas, controladoras, supervisórios, IHM's, sensores, atuadores, redes de água gelada e de água condensada, dutos de ar, casas de máquinas, centrais de água gelada, quadros e elementos elétricos incluindo inversores de frequência, quadros e elementos de automação incluindo CLPs, autoclaves, sistema termo-desinfecção de efluentes, grupo gerador de energia e demais equipamentos do Biopec, inclusive com marca, modelo, número de série, tipo de equipamento, sistema a que está ligado, número de patrimônio, data de fabricação e localização. O formato e nomenclatura dos campos e dados alimentados no CMMS deverá seguir os padrões informados pela fiscalização e Unidade de Garantia da Qualidade (UGQ) conforme Sistema de Gestão Integrado (SIG) da CONTRATANTE.

Após a conclusão do serviço sob demanda descrito no Anexo C, a CONTRATADA deverá alimentar constantemente o Sistema de Gerenciamento de Manutenção do Biopec. Entre outras tarefas a CONTRATADA deverá atualizar continuamente as informações relativas a:

- a) Solicitação de Serviços;
- b) Ordens de Serviço (data e hora da abertura, do início e término do atendimento e do fechamento, e o tipo e quantidade de materiais empregados);
- c) Plano de Manutenção;

- d) Funcionários responsáveis por tarefas;
- e) Equipes;
- f) Equipamentos;
- g) Inspeções;
- h) Procedimentos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva;
- i) Tipos de procedimentos de manutenção; e
- j) Notificações de necessidade de manutenção corretiva.

6. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

6.1. Os serviços de manutenção preventiva só devem ser executados com o acompanhamento da fiscalização da CONTRATANTE e emissão de ordem de serviço (OS).

6.2. Durante o serviço de manutenção preventiva poderá ser verificada a necessidade de intervenção de manutenção corretiva. A CONTRATADA deve abrir uma ordem de serviço (OS) especificando o trabalho a ser realizado e o material a ser utilizado para aprovação pela fiscalização e providência quanto a empenhos.

6.3. Na ordem de serviço, deverá haver um campo para atestar o recebimento do serviço, a fim de que a fiscalização da Embrapa Gado de Corte - Campo Grande/MS possa dar o aceite em cada serviço executado. A fiscalização verificará a execução dos serviços e atestará cada ordem de serviço, de acordo com os serviços executados, ficando uma cópia com a fiscalização e outra com a CONTRATADA. Somente será efetuado o pagamento mensal com o relatório entregue dos serviços que tiverem o aceite da fiscalização da CONTRATANTE e devidamente registrado pela CONTRATADA no sistema de gerenciamento de manutenção.

6.4. No caso de haver necessidade de parada dos sistemas que atendem os laboratórios para realização da manutenção, a CONTRATADA deverá comunicar à fiscalização e ao gestor do contrato com antecedência mínima de 01 (uma) semana e, se necessário.

7. MANUTENÇÃO CORRETIVA

7.1. O pedido para manutenção corretiva pode ser iniciado pela empresa CONTRATADA ou pela fiscalização.

7.2. Quando do início da contratação do item 1, deve ser realizada manutenção corretiva imediata para qualquer equipamento constante da Relação de Equipamentos (Anexo B), seus acessórios, equipamentos auxiliares, linha completa de distribuição/alimentação do sistema de controle e supervisão predial, redes elétricas e de água e esgoto, sistemas de acesso e intertravamento de portas e da unidade de tratamento de ar que apresentar defeito de funcionamento.

7.3. Para execução dos serviços de manutenção corretiva EMERGENCIAL, a CONTRATADA deverá, primeiramente, recolocar o equipamento em operação e, após isso, submeter à fiscalização da CONTRATANTE o relatório do ocorrido (com descrição do problema, solução adotada, data e hora) e a relação das peças, insumos e materiais utilizados e fazer os devidos registros no sistema de gerenciamento de manutenção. O serviço somente será considerado aceito caso tenha sido aprovado pela fiscalização.

7.3.1. As intervenções ocorrerão, sempre que necessário, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados, sendo atendidas em, no máximo, 02 (duas) horas após o comunicado, independente da hora ou dia.

7.3.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser iniciados em no máximo 02 (duas) horas após a solicitação à CONTRATADA. Os reparos deverão ser sanados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, a partir da solicitação. Os casos que não puderem ser atendidos nesse prazo deverão ser comunicados à fiscalização, que decidirá se aceita ou não a justificativa apresentada pela CONTRATADA.

7.3.3. Os serviços de manutenção corretiva em qualquer aparelho/equipamento devem ser executados pelos técnicos especializados com o acompanhamento da fiscalização e, caso não seja emergencial, portanto a ordem de serviço de manutenção corretiva devidamente autorizada pela fiscalização, e posterior aceite após a conclusão do serviço. O fiscal deverá ser informado com antecedência sobre a data agendada da manutenção corretiva.

7.3.4. Os serviços executados terão uma garantia de, no mínimo, 06 (seis) meses. Para as peças e materiais utilizados, ficará válido o prazo de garantia dos fabricantes, sendo a CONTRATADA a responsável por acionar o fabricante/fornecedor para providenciar a substituição.

7.4. CRITÉRIOS AMBIENTAIS

7.4.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços seguindo as normas vigentes (Federal, Estadual, Municipal e normas internas da Embrapa Gado de Corte), quanto à manipulação e descarte de qualquer material utilizado para a execução do objeto.

7.4.2. A CONTRATADA para executar o serviço ficará responsável pela descontaminação e descarte de filtros utilizados nos sistemas de insuflamento e exaustão dos laboratórios NB-2 e NB-3, em especial, os filtros absolutos, assim como os equipamentos de proteção individual (EPIs) utilizados durante a manutenção dos sistemas, conforme legislação em vigor, apresentando à fiscalização o MTR (Manifesto para transporte de resíduo perigoso) e o atestado de descarte/destinação final.

7.4.3. A CONTRATADA para executar o serviço ficará responsável por descontaminar os dutos, cabines de segurança biológica, área física e de sistemas correlatos, de forma a garantir a biossegurança dos procedimentos, do ambiente e dos operadores, conforme legislação em vigor.

7.4.4. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

7.4.5. Instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE.

7.4.6. Retirar, sob orientação da fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, pilhas, baterias deverão ser adequadamente separadas, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

7.4.7. Estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos.

7.4.8. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

7.4.9. Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

7.4.10. A CONTRATANTE deverá preferencialmente por identificação junto ao mercado ou por indicação da CONTRATANTE utilizar-se produtos de consumo e bens duráveis produzidos seguindo critérios e boas práticas de sustentabilidade como material atóxico, biodegradável, reciclado e ecoeficiente previstos em legislações vigentes, bem como executar os serviços visando a redução do consumo de energia, água e quantidade de resíduos com intuito de minimizar o impacto ambiental. Tais medidas deverão ser mapeadas pela fiscalização do contrato e incluídas no relatório mensal de prestação de serviço para que a CONTRATANTE utilizar em relatórios do Plano de Logística Sustentáveis, se necessário.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. Local da sede e da execução dos serviços: Av. Rádio Maia, 830 - Vila Popular, Campo Grande - MS.

8.2. Horários da prestação de serviços – As intervenções programadas ocorrerão 7:30h às 11:30h e das 12:30h às 16:30h, entretanto, caso haja algum equipamento que por defeito prejudique o funcionamento normal do sistema, o mesmo deverá ser reparado imediatamente, independente de dia ou horário, dentro das condições previstas para manutenção corretiva.

8.3. Pessoal para a execução dos serviços - A CONTRATADA manterá, no mínimo, dois profissionais no horário de 07:30 às 16:30 com uma hora de almoço, em jornada não superior a (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira para manutenção dos sistemas nas áreas de atuação já definidas. Este profissional deverá possuir formação a nível técnico nas áreas de MECÂNICA OU ELETROTÉCNICA OU REFRIGERAÇÃO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NAS RESPECTIVAS ÁREAS. Ao menos um dos profissionais deve ter conhecimento e executar instalação e programação de Controlador Lógico Programável (CLP) nas linguagens lista de instruções, texto estruturado, diagrama Ladder, diagrama de blocos funcionais, sequenciamento de gráficos e funções; configuração, instalação e integração ao CLP de inversores de frequência. Ao menos um dos profissionais deve ter conhecimento e experiência comprovada para executar manutenção em sistema de refrigeração. A qualificação dos

profissionais para a execução dos serviços de manutenção foi definida pelas características da maioria dos equipamentos e é o mínimo necessário a ser mantido no local da instalação, entretanto além deste profissional, a empresa deverá dispor de técnicos específicos ou contrato com fabricantes ou representantes dos equipamentos/sistemas nas áreas de ELÉTRICA, HIDRÁULICA, MECÂNICA REFRIGERAÇÃO, CIVIL, ELETRÔNICA, ELETROTÉCNICA E AUTOMAÇÃO, para executar os serviços de manutenção preventiva, dentro da programação dos serviços e a corretiva sempre que necessário em cada área de atuação sem qualquer acréscimo ao valor contratual.

8.4. A CONTRATANTE em caráter de excepcionalidade poderá, a qualquer tempo e de acordo com o que for mais conveniente para a Administração, alterar os horários de início e término da jornada diária de trabalho estipulada neste Termo de Referência.

8.5. A CONTRATANTE, em atendimento às demandas de trabalho, reserva-se o direito de solicitar à CONTRATADA que convoque os empregados terceirizados para trabalharem em jornada extraordinária ao especificado no subitem 8.3.

8.6. As horas realizadas em regime extraordinário deverão ser obrigatoriamente compensadas em até 90 dias, contados da sua realização pelo(s) empregado(s) terceirizado(s) de forma a não prejudicar o desenvolvimento das atividades, devendo as compensações serem previamente acordadas com a CONTRATANTE.

8.7. A empresa CONTRATADA deverá informar no momento da assinatura do contrato, qual será o sistema de controle de horas extraordinárias a ser adotado, visando o gerenciamento dessas horas e as compensações devidas que seus colaboradores vierem a realizar, sendo que a responsabilidade sobre a forma adotada recai exclusivamente sobre a CONTRATADA. O modelo de gerenciamento de horas a ser adotado pela CONTRATADA deverá estar em conformidade com a legislação vigente e/ou previsto em instrumento de acordo coletivo.

8.8. Relação dos equipamentos do Biopec – conforme Anexo B.

8.9. Descrição dos serviços de manutenção preventiva a serem executados no Biopec – conforme Anexo C.

8.10. Todos os equipamentos já instalados deverão sofrer manutenção imediata (em razão do longo tempo de inatividade), garantindo o seu perfeito funcionamento quando da conclusão dos serviços elencados neste documento.

8.11. Mão de obra não exclusiva deste contrato.

8.12. As necessidades eventuais em biossegurança, automação, infraestrutura, equipamentos e demais sistemas existentes no Biopec, não contemplados pela mão de obra exclusiva deste contrato, poderão ser atendidas via fornecimento serviços de mão de obra técnica especializada ou capacitação/treinamento pelos seguintes profissionais até os limites anuais de horas especificados nos itens 3.

8.12.1. Especialista em biossegurança: O profissional de nível superior e possuir formação técnica especializada em biossegurança com no mínimo pós-graduação na área e experiência profissional comprovada em biocontenção.

8.13. Outros serviços contemplados

A seguir relação de serviços que deverão ser prestados pela CONTRATADA como parte do item 1.

Elaboração de manuais de manutenção, elaboração e implantação dos procedimentos gerenciais em Biossegurança; Elaboração do procedimento de risco, visando garantir a segurança dos funcionários, das pessoas, dos animais e do meio ambiente; Descrição das sistemáticas e lógicas da automação configurada nas CLPs em documento específico, com diagramas e figura que permitam a completa interpretação; elaboração dos procedimentos de emergência e plano de contingência do Biopec, incluindo acionamento manual dos sistemas, elaboração e implantação dos procedimentos técnicos em Biossegurança de forma estruturada por área.

8.10. A CONTRATADA, para o dimensionamento de sua proposta também deverá observar todos os anexos deste Termo de Referência.

9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, devendo observar em especial o item 21 (Plano de Trabalho e Projeto Básico), Anexo C (Quadro com descrição dos serviços de manutenção preventiva a serem executados no Biopec).

9.2. A não observação do disposto no item 9.1 acarretará a aplicação de sanções conforme disposição contida no item 19, com atenção aos itens 19.11.1 e 19.11.2.

9.3. Ainda como parâmetro de avaliação e gestão da qualidade a CONTRATANTE poderá realizar pesquisas, a qualquer tempo, com os usuários do laboratório, sendo o resultado notificado à CONTRATADA para seu conhecimento e registro ou apresentar plano de melhorias e cronograma, visando atender os requisitos deste Edital.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Todos os materiais, peças e insumos necessários para a execução dos serviços em qualquer equipamento deverão ser providenciados pela CONTRATADA. Os materiais citados no item 10.10, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA sem ônus no item 1 do grupo 1. Os demais fornecimentos de materiais, peças e insumos poderão ser enquadrados no item 2 grupo 1 do objeto, conforme descrito no subitem 10.15.

10.2. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, insumos, peças, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientemente necessárias, sem comprometimento das qualidades e que atendam aos serviços especificados neste Termo de Referência, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela guarda, transporte, carga e descarga, e pela sua respectiva perda, promovendo sua substituição quando necessário.

10.3. A CONTRATADA deverá manter em depósito/área cedida pela Administração todos os itens (produtos, equipamentos e ferramentas) relacionados, inclusive todos os acessórios durante a execução dos serviços.

10.4. Análise de conformidade pelo CONTRATANTE. O Fiscal Técnico do contrato poderá recusar, justificadamente, qualquer equipamento ou ferramenta que julgar em má condição de uso.

10.5. A CONTRATADA, antes de iniciar os serviços, deverá fornecer os equipamentos e ferramentas juntamente com relação discriminativa.

10.6. A CONTRATADA deve entregar equipamentos e ferramentas em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações.

10.6.1. Equipamentos energéticos deverão obrigatoriamente possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) com a maior eficiência de sua categoria.

10.7. Os equipamentos e ferramentas fornecidos pela CONTRATADA devem estar devidamente identificados para não serem confundidos com os da CONTRATANTE.

10.8. A CONTRATADA deverá repor qualquer equipamento, de sua listagem, que se faça necessária para manutenção preventiva ou corretiva.

10.9. Deve ser apresentado à fiscalização do contrato as notas fiscais de compra de todos os materiais e peças, inclusive as notas fiscais dos filtros do bag in e bag out e todos os filtros relacionados à insuflação e à exaustão.

10.10. Deve ser fornecido pela CONTRATADA as ferramentas, os materiais de apoio e insumos de pequeno valor agregado necessários à execução dos serviços de manutenção tais como:

- Óleos lubrificantes, graxas, estopas, gases para soldas, fitas isolantes, parafusos, buchas, lixas, juntas, o-rings;
- Utensílio e produtos para limpeza: solventes, detergentes, inclusive para detecção de vazamentos, ácidos, água destilada, água sanitária, álcool etílico, álcool metílico, querosene, gasolina comum, solução limpadora de tubulação, palha de aço, panos, mangueiras de jardim, escovas plásticas para limpeza de condensador/evaporador, estopa e demais utensílios e produtos para limpeza;
- Reposição de óleo para compressores, produtos químicos necessários ao controle de qualidade de água da refrigeração, escadas, escovas de aço, pincéis, andaimes;
- Aditivos químicos, pastilhas ou fitas para tratamento químico de bandejas de condensação, produtos antiferrugem, fundo anticorrosivo, vaselina, desengripante e limpa contato aerossol;
- Fusíveis de até 20 A, baterias para Nobreaks, conectores de emenda, condutores, cabos de controle, contatos elétricos, conectores (compressão e pressão), terminais, anilhas para identificação de cabos, filtros de tensão, chaves seletoras, lâmpadas sinalizadoras e de iluminação de painéis, bases para lâmpadas de

- sinalização, botoeiras e plugues;
- Lixas, rebolos, discos de corte e desbaste, lâminas de serra e de seguetas, serra copo aço rápido bimetal, desempenadeiras de plástico, colheres de pedreiro e pistolas aplicadoras de silicone;
 - Junta flexível autoadesiva para instalação de dutos de ar condicionado, fita isolante inclusive autofusão, fita teflon veda-rosca, fita dupla face (comum e de alto desempenho), fita adesiva multiuso, fita crepe, fita de empacotamento, fita de arquear, fita vinílica de proteção, colas inclusive de alto desempenho, resinas, silicone, impermeabilizantes, parafina em barra, cola para isopor, colas e adesivos para tubos de PVC, adesivos para isolamento elastomérico, vedante em gel e massa epóxi;
 - Arame inclusive galvanizado, barbante de algodão, abraçadeiras, brocas, buchas, parafusos, arruelas, porcas, ilhoses, barras rosqueadas, parabolts, ganchos, engates de sustentação, chumbadores cba com parafusos, rebites, fixadores para grelha, tubetes de polipropileno com seus anéis de vedação e porcas, cintas de alumínio e selos de alumínio;
 - Carretel de solda, arame tubular para solda, gás apropriado para solda, fluxo de solda, pasta para solda e varetas soldadoras inclusive vareta de prata para solda;
 - Tinta para reparo de pinturas inclusive tinta látex e tinta spray de secagem rápida, brochas, pincéis e rolos para pintura, gesso em pó, placas de gesso, areia, cimento, massa plástica, massa corrida, massa de calafetar, barras em alumínio em perfil "L" ou "T", telas artísticas, folhas de amianto e lonas;
 - Materiais de escritório, cadeados, pilhas e baterias.

10.11. Todos os equipamentos de proteção individual – EPI e equipamentos de proteção coletiva – EPC deverão ser fornecidos pela CONTRATADA a seus funcionários, bem como o respectivo treinamento e fiscalização de uso, conforme exigidos pela legislação e pela área de segurança do trabalho da Embrapa.

10.12. Os filtros absolutos (HEPA) para as Cabinas de Segurança Biológica Classe II A2 (B3) Veco, deverão ser construídos em peça única, sem emendas, com meio filtrante constituído em papel de microfibras de vidro plissado separado por cordões contínuos de resina sintética, montados em carcaça de chapa de aço galvanizada, alumínio ou aço inox e vedação em poliuretano. O meio filtrante deve ter capacidade igual ou superior a classe A3 (eficiência mínima de 99,97% para retenção de partículas >0,3µm) da norma ABNT NBR 7256 ou equivalente da norma EN 1822.

10.13. Os filtros absolutos (ULPA) para as Cabinas de Segurança Biológica Classe II A2 (B3) Esco, deverão ser construídos em peça única, sem emendas, com meio filtrante constituído em papel de microfibras de vidro plissado separado por cordões contínuos de resina sintética, montados em carcaça de chapa de aço galvanizada, alumínio ou aço inox e vedação em poliuretano. O meio filtrante deve ter capacidade igual ou superior a classe U15 (eficiência mínima de 99,999% para retenção de partículas de 0,12 a 0,3µm) da norma EN 1822.

10.14. Cabina de fluxo unidirecional CFLV -09 Classe 100, deverão ser construídos em peça única, sem emendas, com meio filtrante constituído em papel de microfibras de vidro plissado e separadores de alumínio corrugado, montados em carcaça de chapa de aço galvanizada, alumínio ou aço inox e vedação em poliuretano. O meio filtrante deve ter capacidade igual ou superior a classe A3 (eficiência mínima de 99,97% para retenção de partículas >0,3µm) da norma ABNT NBR 7256 ou equivalente da norma EN 1822.

10.15. Da reposição das peças e demais serviços item 2 do objeto:

10.15.1. Quando houver necessidade de fornecimento de acessórios, componentes, partes e peças de reposição para adequação, ajuste da estrutura e manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura geral, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar, sistema de automação e tratamento de efluentes, a CONTRATADA deverá:

10.15.1.1. Providenciar, no mínimo, 03 (três) orçamentos de acessórios, componentes, partes ou peças de reposição novas de primeiro uso, de preferência originais, se possível, com preços de mercado, junto a empresas fornecedoras ou fabricantes.

10.15.1.2. Apresentar os orçamentos ao Fiscal Técnico do Contrato que, por sua vez:

10.15.1.2.1. Autorizará o orçamento que contemple a proposta mais vantajosa para a administração pública.

10.15.1.2.2. Não concordando com os valores apresentados, rejeitará os respectivos orçamentos, cabendo ao Fiscal Técnico do Contrato realizar pesquisa de preços que demonstre a não vantajosidade da proposta apresentada pela CONTRATADA.

10.15.2. Será obrigatório, à empresa CONTRATADA, a compra pelo menor valor orçado, sempre considerando a melhor relação custo/benefício (vantajosidade), na nova pesquisa de preço e providenciar a entrega, às suas expensas, no Biopec, acompanhando nota fiscal de aquisição pela CONTRATADA.

10.15.3. Registrar, nos relatórios mensais, a efetiva utilização das partes e peças de reposição adquiridos e atualizar o sistema de gerenciamento de manutenção.

10.15.4. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização do Fiscal Técnico do contrato e deverá obrigatoriamente estar acompanhado de nota fiscal a ser emitida pela CONTRATANTE. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

10.15.5. O valor gasto com as aquisições feitas na forma das alíneas 10.15.1.2.1 ou 10.15.2 do subitem 10.15 não poderá ultrapassar o valor estimado pela Administração. Caso haja necessidade de adquirir acessórios, componentes, partes e peças de reposição e tal limite já tenha sido atingido, a CONTRATANTE deverá realizar nova compra ou aditivo de acordo com a legislação vigente.

10.15.6. As peças necessárias para o reparo de qualquer equipamento deverão ser incluídas em uma "Planilha de Serviços de Manutenção Corretiva". Esta planilha deverá incluir a descrição completa das peças, com seus códigos, dimensões, capacidades e quaisquer outras informações necessárias para que seja efetuada pesquisa de preços e aquisição no mercado. Esta planilha deverá estar disponível para a CONTRATANTE a partir de dois meses do início da vigência do contrato e permanecerá aberta para inclusões, alterações e melhoramentos permanentemente até o final do contrato.

10.15.7. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal de venda referente às peças e outros materiais fornecidos. Os custos de faturamento referente à inclusão dos itens na nota fiscal de venda devem ser acrescentados ao valor das peças/materiais aprovados pela fiscalização. Serão considerados os custos referentes ao ICMS e demais tributos aplicáveis e custo para envio das peças e outros materiais fornecidos. Será necessário que a CONTRATADA comprove o seu regime de tributação bem como a alíquota correspondente ao (s) imposto (s) aplicáveis.

10.15.7.1. Regras de arredondamento para emissão da nota fiscal do item 2:

a) Quando os centavos da nota fiscal resultarem menor ou igual que R\$ 0,50 (cinquenta centavos) a CONTRATADA deverá proceder com o arredondamento para o valor inteiro imediatamente inferior;

b) Quando os centavos da nota fiscal resultarem maior que R\$ 0,50 (cinquenta centavos) a CONTRATADA deverá proceder com o arredondamento para o valor inteiro imediatamente superior.

10.15.7.2. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal de serviço independente quando houver fornecimento de serviços de qualquer um dos itens 2 e 3.

10.15.8. Nas situações na qual não houver urgência, a CONTRATANTE disporá dos meios e recursos e constatando a vantajosidade, poderá adquirir as peças conforme especificação aplicável diretamente, ficando a CONTRATADA responsável pela aplicação, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

11. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

11.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de assinatura do contrato ou OCS pela licitante vencedora, na forma especificada neste Termo de Referência. Onde as especificações do Termo de Referência faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as especificações da ABNT, manuais dos equipamentos e demais normas aplicáveis ao serviço em pauta.

11.2. Como condição do recebimento mensal dos serviços, será necessário que a CONTRATADA elabore e entregue em até cinco dias úteis após o fechamento de apuração mensal um Relatório de Execução, que estará sujeito à aprovação da Fiscalização previamente ao faturamento do mês de referência, detalhando as tarefas executadas durante o mês. A elaboração do Relatório de Execução deve seguir as seguintes diretrizes mínimas:

11.2.1. A responsabilidade pela elaboração e assinatura do Relatório de Execução é exclusiva dos Responsáveis Técnicos pelo serviço de operação e manutenção;

11.2.2. O Relatório de Execução deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- Todos os procedimentos de manutenção preventiva, preditiva e corretiva executados;
- Detalhamento das manutenções corretivas efetuadas, indicando a causa provável das falhas, o histórico de falhas de cada máquina reparada, materiais substituídos, data e local do serviço;
- Informações sobre a situação dos sistemas e/ou equipamentos, indicando as deficiências e sugerindo correções.

11.2.3. As informações constantes no Relatório de Execução devem ser consistentes com o Sistema de Gerenciamento de Manutenção.

11.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

12. VISTORIA / PLANTAS TÉCNICAS

12.1. As licitantes poderão proceder com a vistoria dos locais/equipamentos no horários compreendidos entre 08h00 às 11h00 ou 13h00 às 16h00 (horário oficial do Mato Grosso do Sul). O modelo do Termo de Vistoria encontra-se no Anexo E.

12.2. A vistoria, caso seja realizada, deverá obrigatoriamente, ser agendada previamente com os empregados Maxwell Parrela Andreu, telefone (67) 3368-2021 ou e-mail maxwell.andreu@embrapa.br, Marlei Vicente, telefone (67) 3368-2206 ou e-mail marlei.vicente@embrapa.br.

12.3. Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão Eletrônico.

12.4. As plantas técnicas encontram-se no Anexo F.

13. CONFIDENCIALIDADE E PROPRIEDADES DE INFORMAÇÕES

13.1. São confidenciais, entre outras, as seguintes informações:

13.1.1. Documentos e relatórios relativos aos Serviços discriminados no Termo de Referência e na Proposta Técnica, bem como outros documentos exigidos sob a forma confidencial;

13.1.2. Análises, compilações, estudos ou outros documentos preparados pela CONTRATADA ou seus consultores, empregados ou agentes, em função da execução dos trabalhos descritos no Termo de Referência e na Proposta Técnica;

13.1.3. Com relação às informações que, a critério da Embrapa Gado de Corte sejam confidenciais, a CONTRATADA se compromete a:

- a) Manter estrito segredo sobre todas as Informações Confidenciais;
- b) Usar as Informações Confidenciais para o único propósito de executar o serviço;
- c) Revelar as Informações Confidenciais apenas para os membros de sua organização necessários à condução do SERVIÇO e requerer a eles que também mantenham o caráter confidencial das mesmas.

13.2. As disposições constantes deste Capítulo permanecerão em vigor por 10 (dez) anos após o término do CONTRATO;

13.3. Em caso de violação das obrigações constantes deste Capítulo, a CONTRATADA responderá diretamente às unidades participantes por perdas e danos dela advinda, sem prejuízo de quaisquer outros direitos a que a Embrapa Gado de Corte tenha por força do CONTRATO ou de lei;

13.4. O Biopec possui equipamentos de alto valor econômico, bem como arquivos biológicos de grande valia para a Instituição, portanto, o funcionário destinado a realizar os serviços objeto deste Termo de Referência deve usar de todo zelo possível para evitar prejuízos de ordem incalculável para esta instituição.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1. O contrato terá vigência a partir da sua assinatura pelo prazo de 20 (vinte) meses, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período, totalizando o prazo máximo de 60 (sessenta meses), conforme o disposto em lei.

14.1.1. O prazo para início da execução dos serviços é de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

15.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA executem suas atividades sem o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) ou que não atendem às normas de segurança.

15.5. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada emergência, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

15.6. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

15.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

15.8. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADA;
- c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- d) Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, peças, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

16.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

16.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos especializados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, conforme condições habilitatórias aceitas.

16.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados para a atividade a ser realizada, quando for o caso.

16.6. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que atenderão o órgão para a execução do serviço.

16.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregados que sejam familiares de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE nos termos do artigo 7º do Decreto 7.203, de 2010.

16.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

16.9. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

16.10. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

16.11. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

16.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

16.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

16.14. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

16.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezoito anos.

16.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

16.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na lei.

16.19. Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, até o último dia útil do mês subsequente ao do início da execução contratual, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, nos termos do artigo 30, II, e § 1º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, caso se trate de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo referido regime tributário que venha a incidir na vedação do artigo 17, XII, da mesma lei.

16.20. Apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a referida comunicação, o respectivo comprovante.

16.21. Apresentar à CONTRATANTE, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência.

16.22. Substituir em caso de eventual ausência quando esta for superior a 03 (três) dias tais como faltas e/ou licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal Técnico do Contrato.

16.23. Durante o período de férias do funcionário o mesmo deve ser substituído por profissional qualificado com o perfil do cargo a ser ocupado.

16.24. Em caso de ausências ou horas trabalhadas a menor será feita glosa da fatura.

16.25. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

16.26. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

16.27. Em caso de ausência concomitante, justificada ou não, deverá a CONTRATADA repor no mínimo em 50% a ausência do empregado efetivo conforme especificado neste Termo de Referência, sem prejuízo da incidência de desconto sobre o quanto não repostado, sob pena das sanções constantes do subitem 19.

16.28. Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados.

16.29. Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, bem como o registro da CAT, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados, quando da execução dos serviços, ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

16.30. Capacitar e treinar todos os funcionários (no mínimo 40 horas) que irão trabalhar na função de mecânico de refrigeração nos equipamentos Chillers das marcas existentes no Biopec, bem como nas que vierem a ser adquiridas.

16.31. Entregar ao fiscal do contrato cópia autenticada do certificado do treinamento.

16.32. Apresentar, após o início da prestação dos serviços, ficha dos empregados devidamente digitada, contendo toda a identificação do funcionário: foto, tipo sanguíneo/fator RH, endereço e telefone para contato, dentre outros, mantendo-a atualizada sempre que ocorrer qualquer alteração, mesmo em caso de substituição.

16.33. Comunicar sempre e imediatamente ao fiscal do contrato quando da necessidade de execução de serviços de manutenção corretiva, bem como substituição de peças, que poderá acompanhar execução para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes.

16.34. Remover do local dos serviços todo o entulho, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a finalização da execução de cada serviço, realizando descarte conforme PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da EMBRAPA Gado de Corte) ou em locais definidos pelo município de Campo Grande/MS.

16.35. Levar ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.

16.36. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas. A CONTRATADA não poderá utilizar o atraso no pagamento da fatura pela CONTRATANTE decorrente da falta de documentação exigida ou outras razões, como causa da não promoção do pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

16.37. Pagar aos seus funcionários, de acordo com as funções, adicional de insalubridade conforme laudo de insalubridade e/ou periculosidade nos termos da legislação vigente.

16.38. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, por meios próprios ou mediante ajuda de custo ou vale transporte, inclusive em casos de paralisação total ou parcial (ou greve) dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessário.

16.39. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais em consequência de fato a si imputável e relacionado aos serviços contratados.

16.40. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Embrapa Gado de Corte, de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

16.41. Entregar, impreterivelmente, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, relatório técnico detalhando todos os serviços efetivamente realizados, e, ainda, todas as informações necessárias e suficientes sobre a operacionalização dos sistemas. O relatório deverá conter, ainda, indicação das manutenções corretivas realizadas durante o mês e relação dos materiais substituídos, inclusive contendo propostas técnicas de solução dos problemas detectados em manutenções preventivas e não solucionados. A não entrega do relatório poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

16.42. Acompanhar os serviços por meio de sistema computadorizado, mantendo software de acompanhamento da manutenção e emissão de relatórios, além do banco de dados de peças e equipamentos sempre atualizados.

16.43. Juntamente com a Nota Fiscal relativa ao pagamento dos serviços de um mês, deverá a CONTRATADA informar a programação dos serviços preventivos para o mês seguinte, para efeito de controle da fiscalização da Embrapa Gado de Corte e empenho.

16.44. Manter os sistemas constantes do objeto deste Termo de Referência em bom estado de funcionamento, mediante a correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, limpeza, bem como a substituição de peças, quando necessário, utilizando, nos casos em que couber, sinalização adequada para cada tipo de serviço, como placas do tipo "EM MANUTENÇÃO".

16.45. É vedado à CONTRATADA sob pena de rescisão contratual: a transferência, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira ou veicular publicidade acerca do Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

16.46. DAS OBRIGAÇÕES com o PREPOSTO, é de responsabilidade da CONTRATADA:

a) Nomear preposto, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com os fiscais e gestor da CONTRATANTE, nomeado por Ordem de Serviço Interna, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquele e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

b) A nomeação prevista no item anterior deverá ser feita por escrito, em documento assinado por representante legal da empresa CONTRATADA, fazendo constar os dados mínimos necessários do preposto tais como: nome, CPF, carteira de identidade, registro profissional competente, e-mail e nº de telefone celular com disponibilidade para atendimento e contato com o fiscal, bem como com os funcionários alocados para recebimento e providências que se fizerem necessários.

16.47. O preposto selecionado deve ser profissional que tenha capacidade e autonomia gerencial para planejamento logístico e a movimentação local de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para assegurar a dinâmica operacional e o controle implícitos à execução eficaz do serviço.

16.48. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração da Embrapa Gado de Corte, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, no primeiro dia útil após assinatura do Contrato, para assinar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência.

16.49. Feito o contato inicial o preposto deve contatar o Fiscal Técnico do contrato e visitar as dependências da CONTRATADA, no mínimo 1(uma) vez por semana por 04(quatro) horas, devidamente identificado através de crachá.

16.50. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

16.51. Fornecer aos seus empregados benefícios, conforme estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria.

16.52. Apresentar, no momento da licitação, os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço.

16.53. Emitir o CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados vinculados ao contrato firmado, realizando todos os procedimentos cabíveis, bem como comunicar o ocorrido ao Serviço de Medicina e Segurança no Trabalho da Embrapa Gado de Corte.

16.54. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração e as previstas no PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional – PCMSO e Programa de Proteção Respiratória – PPR.

16.55. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

16.56. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, conforme exigência legal.

16.57. Os empregados deverão executar os serviços devidamente uniformizados e portando identificação visível.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do valor às custas da CONTRATADA, desde que restrita à execução das seguintes tarefas:

SERVIÇO

Inspeção, avaliação, adequação e emissão de certificado/laudo de conformidade na análise físico/química da água do sistema de refrigeração (Chiller + UTAs), com garantia.

Realizar a certificação das cabines de segurança biológica do Biopec, de acordo com as normas NSF/ANSI 49 e ISO 14.644-1 por empresa que tenha confiabilidade metrológica garantida pelo INMETRO/RBC, incluindo realização dos ajustes necessários para pleno funcionamento destes equipamentos e emissão de relatório

Descontaminação das cabines de segurança biológica do Biopec, de acordo com as normas internacionais de biossegurança, com emissão de laudo atestando os procedimentos, execução e responsabilidade técnica pelo serviço

Atualização dos firmwares dos componentes da automação e softwares controladores integradores, com a inspeção de todos os sistemas da automação e troca dos componentes defeituosos. Emissão de laudo de atualização e conformidade dos sistemas, com garantia.

Manutenção corretiva e preventiva dos nobreaks trifásicos, com garantia e peças inclusas.

Manutenção corretiva e preventiva do sistema de termodesinfecção de efluentes.

Programação e integração do sistema supervisor Elipse E3 do Biopec

Serviço técnico especializado eventual executado especialista em biossegurança, conforme item 3 do grupo 1 do objeto e subitens 8.8 e respectivos subitens do Termo de Referência.

17.2. Outros serviços não listados poderão ser subcontratados sob análise da fiscalização limitando-se ao limite estabelecido no subitem 17.1.

17.3. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

17.4. A subcontratação prevista não produzirá nenhuma relação jurídica direta entre a CONTRATANTE e a subcontratada, não cabendo a este demandar contra a CONTRATANTE por qualquer questão relativa ao vínculo que mantém com a CONTRATADA.

17.5. A CONTRATADA permanecerá com a responsabilidade e a garantia de todos os serviços, inclusive os executados por terceiros, como por exemplo: transporte, desmontagem, remontagem, enrolamento de motores, serviços de torno e solda, balanceamentos, recuperação ou aferimento de componentes eletrônicos, limpeza e esgotamento de fossas, serviços nos Chillers entre outros; aferição de manômetros e válvula de segurança com certificação Inmetro.

18. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma definida em lei.

18.2. A CONTRATADA empresa deverá emitir relatórios mensais dos serviços executados, de acordo com o Plano de Manutenção em equipamentos do Biopec, registrando todas as informações necessárias e pertinentes ao assunto, tais como desenvolvimento dos trabalhos periódicos, quadro de solicitações/atendimentos internos no período.

18.3. Os relatórios devem ser submetidos à análise crítica e aprovação da Fiscalização do Contrato, que poderá atestá-lo ou contestá-lo. Relatórios não aceitos bloquearão o faturamento.

18.4. As funções da equipe de fiscalização ficam assim definidas:

- a) **Fiscal Técnico do contrato:** servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato, executando o controle, acompanhamento e fiscalização quanto à parte técnica-operacional do objeto do contrato ("atesto" de conformidade quanto a execução das ordens de serviço, dos serviços executados e dos materiais e peças utilizados; verificação e ratificação dos relatórios técnicos);
- b) **Fiscal Técnico do contrato substituto:** Servidor indicado para atuar como fiscal do contrato nos eventuais impedimentos do titular. O fiscal substituto dará apoio técnico-operacional ao fiscal do contrato.
- c) **Fiscal Administrativo do Contrato:** Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;
- d) **Gestor do Contrato:** Será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

18.5. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos em lei.

18.8. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto na lei.

18.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na lei.

18.10. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, aplicável no que for pertinente à contratação.

18.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme estabelecido em lei.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Além das sanções descritas no Edital, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- b) A multa será aplicada conforme itens 19.10.1 e 19.10.2, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% para o grau de 1 a 3 e 20% para o grau 4 ou 5.
- c) A Administração reserva-se o direito de aplicar multa compensatória até o limite de 20% do valor contratual do item 1 do grupo 1, nos casos em que as ocorrências ensejar prejuízos à Embrapa Gado de Corte.

19.2. Também fica sujeita às penalidades da lei, a CONTRATADA que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na lei.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.6. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19.9. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

19.10. Pelo descumprimento de cláusulas contratuais específicas, a Administração da Embrapa Gado de Corte poderá, ainda, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, de acordo com os graus atribuídos, conforme a seguir:

19.10.1. GRAU/CORRESPONDÊNCIA

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	Multa de até 0,3% sobre o valor mensal do contrato
02	Multa de até 0,6% sobre o valor mensal do contrato
03	Multa de até 1,2% sobre o valor mensal do contrato
04	Multa de até 2,4% sobre o valor mensal do contrato
05	Multa de até 4,8% sobre o valor mensal do contrato
06	Multa de até 9,6% sobre o valor mensal do contrato

19.10.2. INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pelos fiscais e gestor do contrato ou na execução de outras obrigações contratuais.	1	Por ocorrência
2	Atrasar o pagamento dos salários ou acréscimos salariais decorrentes de lei, contrato ou dissídio.	5	Por ocorrência
3	Descontar, indevidamente, do salário dos seus empregados o custo do uniforme, calçado e equipamento de proteção individual.	4	Por empregado
4	Interromper a realização dos serviços.	5	Por ocorrência de paralisação
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, desde que pertinentes às suas atividades.	5	Por ocorrência
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por ocorrência, total ou parcialmente;	5	Por dia e por ocorrência
8	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
9	Fornecer informação falsa de serviço ou de substituição de material.	2	Por ocorrência
10	Destruir ou danificar documentos, registros e equipamentos da CONTRATANTE por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
11	Ocorrência de pressão positiva na área biocontida NB3 causada por ausência de manutenção, manutenção indevida ou falta de mecanismo ou sistemática que poderia evitá-lo.	6	Por ocorrência
12	Ocorrência de vazamento de efluente potencialmente contaminado antes do ciclo de termo desinfecção, incluindo tubulações e tanque de coleta, causada por ausência de manutenção, manutenção indevida ou falta de mecanismo ou sistemática que poderia evitá-lo.	6	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
11	Anotar regularmente as funções profissionais na carteira de trabalho dos empregados que atuarão na prestação de serviços.	5	Por empregado
12	Apresentar, quando solicitado pelo fiscal, registro de frequência e escala de férias de seus empregados, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência
13	Comunicar, por escrito, à Instituição, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços.	3	Por ocorrência
14	Cumprir as obrigações trabalhistas previstas na lei e na convenção coletiva.	2	Por ocorrência
15	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
16	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	1	Por ocorrência
17	Designar preposto.	4	Por ocorrência
18	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por dia e por ocorrência
19	Executar no prazo programado ou de forma satisfatória as rotinas constantes dos itens referentes à descrição dos serviços.	1	Por ocorrência
20	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 72(setenta e duas) horas contados da autorização da fiscalização e sem a devida justificativa.	2	Por dia
21	Manter ferramentas, equipamentos e acessórios necessários à execução dos serviços disponíveis no Biopec.	1	Por ocorrência
22	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de materiais utilizados relacionados ao item 2 do grupo 1, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.);	1	Por ocorrência
23	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
24	Substituir qualquer dos materiais, equipamentos e utensílios (ferramentas) quando solicitado pelo órgão, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas.	1	Por Dia
25	Cumprir os prazos estipulados na CLT e/ou Acordo Coletivo de Trabalho, quanto ao gozo de férias da mão de obra exclusiva deste contrato.	6	Por empregado
26	Apresentar pelo menos um substituto, no caso de ausência dos dois empregados.	6	Por ocorrência
27	O funcionário de apresentar-se identificado e uniformizado	1	Por ocorrência

19.11. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da EMBRAPA Gado de Corte, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

19.12. Após 30(trinta) dias de descumprimento de cláusulas contratuais poderá ser considerada inexecução do contrato.

19.13. Toda aplicação de penalidade será precedida do contraditório e da ampla defesa.

20. MEDIDAS ACAUTELADORAS

20.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

21. PLANO DE TRABALHO E PROJETO BÁSICO

21.1. A EMBRAPA Gado de Corte poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços de operação e manutenção preventiva dos sistemas, bastando comunicar à CONTRATADA por escrito.

21.2. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas a CONTRATANTE quando forem identificados.

21.3. Além dos serviços de manutenção, a CONTRATADA executará também as adaptações e pequenas modificações nas instalações, decorrentes de eventuais alterações de layout que venham a ocorrer, sem ônus adicional.

21.4. Sempre que ocorrer alguma alteração no layout a CONTRATADA deverá corrigir, atualizar e complementar os "as-built" (como construído) das instalações modificadas pela CONTRATADA Para os serviços por demanda em que houver modificações dos sistemas existentes. Os custos para a atualização dos "as-builts" deverão estar incluídos na composição de custos dos serviços. Os "as-builts" atualizados deverão ser entregues em mídia digital no formato dwg (e-mail, pendrive, CD ou DVD), plotadas em formato A0 com o relatório correspondente ao serviço realizado, e deverão ter formato, escala, cortes e informações condizentes com os do "as-built" existente e ART, estando, assim como os relatórios, sujeitos à aprovação da Fiscalização previamente ao faturamento do mês de referência.

21.5. A CONTRATADA somente realizará serviços que impliquem na paralisação de equipamentos, após prévia autorização da CONTRATANTE.

21.6. Emitir e apresentar ART de execução em até 10(dez) dias corridos após a assinatura do contrato, ou no caso de serviço eventual subcontratado, quando aplicável a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica.

ANEXO B**RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO BIOPEC- EMBRAPA GADO DE CORTE/MS**

02 (duas) unidades resfriadoras de água chiller - TRANE - CGAD-60.

• Bombas

- 03 (três) bombas hidráulicas – KSB modelo megablock 32-125R.
- 02 Bombas – KSB para pressurização da rede hidráulica.

• Climatizador ("Fancoil")

- 01(um) fan-coil com ventilador tipo limit-load marca TROX modelo ICH4E
- 01(um) fan-coil com ventilador tipo limit-load marca TROX modelo ICH6E
- 01(um) fan-coil com ventilador tipo limit-load marca TROX modelo ICH9E
- 01(um) fan-coil com ventilador tipo limit-load marca TROX modelo ICH5E
- 01(um) fan-coil com ventilador tipo limit-load marca TROX modelo ICH7,5E
- 01 (uma) unidade de tratamento de ar TROX modelo TKZ-130
- 01 (uma) unidade de tratamento de ar TROX modelo TKZ-52-E
- 01 (uma) unidade de tratamento de ar TROX modelo TKZ-31 com filtro de carvão ativado.
- 01 (uma) unidade de tratamento de ar TROX modelo FCAF 2,0
- 01 (uma) unidade de tratamento de ar TROX modelo FCAF 2,5

• Unidades de condicionamento individuais de ar ("Self-Contained" e Split System).

- 01 (um) SRVE-125 – TRANE
- 02 (dois) Fancoletes.

• Ventilador/Exaustor

- 10 (dez) caixas de filtragem marca TROX tipo F74B33 pré-filtro G3.
- 02 (dois) exaustores OTAM modelo ARL 630 para caixas Bag-in Bag-out.
- 01 (um) ventiladores de exaustão TSA 15/7 - OTAM.
- 01 (um) ventiladores de exaustão TSA 9/4 -SR - OTAM.
- 01 (um) ventiladores de exaustão TSA 12/6 -SR ARR.3- OTAM.
- 01 (um) ventilador de exaustão TSA 7/3 - SR ARR.3 - OTAM com fumigação
- 02 ventiladores ARL – 630 OTAM, sendo um reserva
- 01 (uma) caixas de ventilação com filtragem G3 modelo GVS-7/7 PF-ARR-3 - OTAM.
- 01 (uma) caixas de ventilação com filtragem G3 modelo GVS-9/7 PF -ARR-3 - OTAM.
- 10 (dez) caixas de filtragem com filtro absoluto F7B2M76 tipo BAG-IN- BAG-OUT - TROX em 2 baterias de 5 filtros em linha
- 6 (seis) caixas de filtragem com filtro absoluto F7B2M76 tipo BAG-IN- BAG-OUT - TROX
- 01 (um) No-break Conception S1 de 10.00 KVA trifásico, tensão de entrada: 220V, tensão de saída: 220/127V, com duas baterias, marca Comandos Lineare
- 01 (um) No-break jss10000DI Double II, potência 10KVA/8000W, tensão de entrada 220V, Tensão de saída 110 + 110/220V, com 16 baterias 18 Ah 192V, modulo XXIV com carga não linear de 25% tempo de autonomia de 2h48min e com 50% autonomia de 1h48min. Marca Sinus Bouble II Black.
- 1 (um) sistema de detecção e alarme de incêndio modelo ACP -25.
- Instalações elétricas e aterramento.
- Manutenção civil.
- 10 (um) manômetro, marca Magnehelic
- 02 (três) manômetro, marca Instrucamp
- 03 (dois) ultrafreezzer vertical marca RevcoUXF modelo, UXF40086D63
- 02 (um) ultrafreezzer vertical TDE60040LD
- 10 refrigeradores Indrel
- 10 freezer -35°C Indrel
- 01 Cabina de fluxo unidirecional Veco (Classe 100 - fluxo laminar vertical), modelo CFLV -09
- 6 Cabine de Segurança Biologia Classe II A2 (B3) Esco, modelo LA2-4A3
- 3 Cabine de Segurança Biológica Classe II A2 (B3) Veco, modelo Biosafe 12
- Rack ventilada com 128 minisoladores- Alesco AI22 – Intelligent Control 2
- Rack ventilada com 64 minisoladores – Alesco AI20 – Intelligent Control.
- Sistema de tratamento de efluentes – Gerador de água quente Ecal.
- Instalações de controle e combate a incêndio e pânico.
- Sistema de controle de acesso como leitores biométrico e intertravamento (NAC – 2500)
- 2 Compressores de ar que alimentam a vedação ativa das autoclaves, pass-through e portas intertravadas.
- Quadros de automação e controladores, incluindo CLP
- Inversores de frequência WEG
- Controle de pressão e vazão diferencial.
- Controle de temperatura e umidade.

- Quadros e painéis elétricos de força e comando do sistema de ar condicionado.
- Tratamento de água de refrigeração.
- Circuito fechado de CFTV.

A CONTRATADA também deverá oferecer os serviços de manutenção preventiva e corretivas em novos equipamentos que porventura sejam adquiridos pela CONTRATANTE e que façam parte do escopo do Biopec.

ANEXO C

QUADRO COM DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA A SEREM EXECUTADOS NO BIOPEC - EMBRAPA GADO DE CORTE/MS

No quadro a seguir, segue a descrição detalhada dos serviços mínimos, bem como da periodicidade em que devem ser realizados em caráter de manutenção preventiva. Havendo divergência entre os serviços abaixo e o manual do fabricante, predominam essa última. No caso de falha ou suspeita de falha dos equipamentos ou qualquer outro evento que a FISCALIZAÇÃO julgue que o funcionamento ou a biossegurança dos laboratórios possa ser ou esteja comprometida, todos estes serviços devem ser executados em caráter corretivo.

As periodicidades e descrição dos serviços poderão ser ajustadas conforme orientações do fabricante, novas normatizações ou ajustes técnicos necessários, devidamente acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Qualquer alteração realizada deverá, obrigatoriamente, ser atualizada neste Anexo e arquivado no processo de gestão contratual.

MANUTENÇÃO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE
CENTRAIS RESFRIADORAS ÁGUA ("water chiller")	<div>DE</div> <ul style="list-style-type: none">• Verificar o nível do óleo dos compressores;• Verificar a pressão do óleo;• Verificar o estado do fluxo de refrigerante no visor líquido;• Inspecionar todo o sistema para averiguar a existência de alguma irregularidade;• Medição da vazão e da temperatura da água gelada nas tubulações;• Verificação de possíveis alarmes no painel.	Semanal
	<ul style="list-style-type: none">• Inspecionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como:• Visor de líquido com indicador de umidade;• Inspecionar, medir, testar e corrigir/substituir, se for o caso, os seguintes componentes do sistema elétrico:<ul style="list-style-type: none">• Disjuntores magnéticos;• Fusíveis;• Lâmpadas-piloto para alarme;• Quadros elétricos;• Terminais;• Tensão e corrente dos compressores;• Válvulas solenoides.• Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como:<ul style="list-style-type: none">• Filtros de água;• Pressão de sucção, descarga e óleo de cada compressor;• Vazamento de água.• Verificar os itens:<ul style="list-style-type: none">• Nível do óleo;• Diferencial de temperatura dos condensadores e resfriadores;• Aquecimento dos contatos e chaves elétricas;• Vazão de água dos condensadores e resfriadores;• Vazamentos de água.	Mensal
	<ul style="list-style-type: none">• Inspecionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como:<ul style="list-style-type: none">• Protetores térmicos;• Válvula de expansão termostática;• Manômetros e termômetros;• Controle automático de capacidade;• Pressostato de alta e baixa pressão;• Pressostato de óleo;• Eliminar focos de ferrugem, verificar equipamentos de drenos;• Verificação de correias;• Medir superaquecimento e resfriamento.	Semestral
	<ul style="list-style-type: none">• Inspecionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como:<ul style="list-style-type: none">• Cabeçotes dos compressores conforme especificação do fabricante;• Condensadores.• Inspecionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como:<ul style="list-style-type: none">• Pressostatos;• Termostatos;	Anual

	<ul style="list-style-type: none"> • Executar outros serviços correlatos que envolverão correção/substituição se for o caso, tais como: • Drenar completamente o sistema de água de condensação; • Inspeção todas as válvulas, acessórios e tubulação; • Limpeza dos filtros de água; • Limpeza internamente os tubos dos condensadores; • Inspeção dos contatos das chaves de partida e controles dos motores; • Retoque da pintura em geral. 	
UTAs/ CLIMATIZADORES ("fan- coil")	<ul style="list-style-type: none"> • Medição e registro da vazão e pressão do ar nos dutos de distribuição, na saída dos fan-coils, na saída dos difusores, em ambientes onde é requerido o controle de pressões negativas / positivas ou em qualquer outro ponto onde seja necessário verificar a vazão e pressão do ar. • Elaboração de relatório que inclua metodologia e a memória de cálculo do volume de ar insuflado e exaurido, bem como o número de troca de ar das salas; • Executar limpeza geral; • Verificar regularidade de funcionamento dos fan-coils; • Verificar o nível de saturação dos filtros bagin e bag out. 	Semanal
	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de todos os filtros das UTAs (inclusive os absolutos) e dos sistemas de ar condicionado do laboratório NB-3/NBA3, com posterior emissão de laudo relatando os procedimentos realizados e garantindo que os filtros retirados estão descontaminados e em condições de descarte. <p>Obs.: A descontaminação do sistema para a substituição dos filtros de ar ficará a cargo da CONTRATADA.</p>	Quando nos testes de qualificação for verificada a necessidade.
	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar acionamento da válvula de controle e corrigir, se necessário; • Inspecionar, medir, testar e corrigir/substituir, se for o caso, os seguintes componentes do sistema elétrico: • Tensão e controle do motor; • Ligações elétricas; • Chaves elétricas, contatos e aquecimento; • Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: • Filtros de ar; • Rolamentos dos ventiladores; • Tensão/alinhamento das correias; • Vazamento de água; • Ruídos e vibrações anormais; • Medição das temperaturas de entrada e saída de ar na serpentina; • Medição da vazão de ar do ventilador. Elaboração de relatório que inclua metodologia e a memória de cálculo do volume de ar insuflado e exaurido, bem como o número de troca de ar das sala • Revisão dos drenos; • Parte interna e externa do gabinete. • Verificar o estado das pastilhas antifungo e antibacterianos nas bandejas de condensado. • Revisão nas resistências de Aquecimento, verificando os seguintes itens: • Testar o funcionamento de termostato de segurança a da chave de fluxo de ar; • Verificar e ajustar os controles; • Inspecionar e limpar resistências; • Inspecionar as ligações; • Reaperto dos bornes. 	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> • Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: • Serpentinhas; • Ventiladores; • Isolamento térmico do gabinete; • Temperatura de entrada e saída das serpentinas; • Eliminar focos de ferrugem, verificar equipamentos de drenos. • Troca das correias dos motores. 	Semestral
	<ul style="list-style-type: none"> • Pintar a bandeja com tinta anticorrosiva; • Impermeabilizar a bandeja; • Retocar a pintura do gabinete; • Inspecionar e limpar as serpentinas com produto químico e/ou outro artifício equivalente quando for o caso; • Executar limpeza geral. 	Anual
TRATAMENTO DE ÁGUA DE REFRIGERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer todos os equipamentos necessários ao tratamento da água de refrigeração do sistema Central de Ar Condicionado como: dosador, coletor de amostra, etc; • Realizar o controle de qualidade de água da refrigeração, procedendo o seu tratamento quando necessário; 	Mensal

BOMBAS	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer os procedimentos detalhados relativos ao tratamento da água do sistema de ar condicionado central bem como de operação e manutenção com objetivos de: Controle da formação de depósito e incrustações; Controle da corrosividade do sistema dentro de níveis físico-químicos aceitáveis. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Verificar a qualidade da água do sistema, com emissão de laudo de análise físico/química e microbiológica, apresentando os resultados e recomendações técnicas. 	Semestral
	<ul style="list-style-type: none"> Verificar ruídos anormais e vazamentos nos exaustores e bombas. 	Semanal
BOMBAS	<ul style="list-style-type: none"> Inspecionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle; Regulagem dos térmicos; Inspecionar, medir, testar e corrigir/substituir, se for o caso, os seguintes componentes do sistema elétrico: <ul style="list-style-type: none"> Ligações elétricas; Contatos e chaves elétricas; Tensão de corrente do motor; Conferência da velocidade de giro dos motores (rpm). Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> Bomba e motor elétrico; Gaxeta; Nível de óleo; Alinhamento do acoplamento; Parafusos de fixação; Sistema de drenagem; Verificação das agulhas, corrigir quando necessário; Vazamento de água; Ruídos e vibrações anormais. 	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> Inspecionar, ajustar e corrigir/substituir se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como: <ul style="list-style-type: none"> Relés térmicos; Manômetros. Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> Acoplamento do motor-bomba; Sistema de fixação (alinhamento motor bomba); Todas as válvulas, acessórios e tubulação. 	Semestral
	<ul style="list-style-type: none"> Inspecionar, medir, testar e corrigir/substituir, se for o caso, os seguintes componentes do sistema elétrico: <ul style="list-style-type: none"> Fusíveis e terminais; Contadora e relé térmico; Lâmpada de sinalização e chaves seletoras; Comando liga/desliga; Corrente e tensão do motor; Ligações semanais elétricas. Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos: <ul style="list-style-type: none"> Tensão e estado geral das correias – alinhamento; Polias e eixo; Ruídos, vibrações e aquecimento anormais; Carcaça e quadros elétricos; Filtros de ar; Contatos das chaves magnéticas; Medição da vazão de ar dos ventiladores. Elaboração de relatório que inclua <u>metodologia e a memória de cálculo do volume de ar insuflado e exaurido, bem como o número de troca de ar das sala.</u> <p>Obs.: A descontaminação e descarte do sistema para a substituição dos filtros de ar ficará a cargo da CONTRATADA.</p>	Mensal
VENTILADOR / EXAUSTOR / SISTEMA DE EXAUSTÃO	<ul style="list-style-type: none"> Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> Eixo e mancais; Base do motor do ventilador; Rolamentos não blindados; Executar outros serviços correlatos que envolverão correção/substituição se for o caso, tais como: 	Semestral

	<ul style="list-style-type: none"> Inspeção das partes internas e externas dos ventiladores; Eliminação de focos de ferrugem. Troca das correias dos motores. 		
	<ul style="list-style-type: none"> Inspeccionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: Pás e rotor, balanceando-os, quando necessário; Eliminar focos de ferrugem; Retocar a pintura em geral. 	Anual	
TUBULAÇÕES E DUTOS	<ul style="list-style-type: none"> Refazer, desobstruir e lançar novas linhas. 	Sempre que solicitado	
	<ul style="list-style-type: none"> Verificar estanqueidade da rede de dutos; Verificar isolamento térmico da rede de dutos e tubulações; Verificar estado e atuação de dampers. 	Mensal	
	<ul style="list-style-type: none"> Limpeza, reparação (quando necessário) e certificação de conformidade dos dutos de ar que atendem aos laboratórios. 	Anual	
QUADROS E PAINÉIS ELÉTRICOS	<ul style="list-style-type: none"> Limpar e verificar aquecimento dos contatos dos quadros elétricos; Inspeccionar ligações elétricas; Inspeccionar e testar disjuntores, contactores, fusíveis, lâmpadas, terminais, etc; Inspeccionar e ajustar a regulação dos relés térmicos e relés temporizados; Reaperto dos bornes de ligação. 	Mensal	
SISTEMA DE ACESSO E INTERTRAVAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Verificar fechamento e travamento das portas; Verificar a pressão de ar comprimido das portas de biossegurança; 	Diário	
	<ul style="list-style-type: none"> Efetuar a limpeza externa, interna e do visor das portas de biossegurança; Efetuar a limpeza das borrachas; Verificar a integridade das borrachas; Verificar o estado das fechaduras, sensores e botoeiras das portas; Verificar e limpar quadros de comando das portas e controle de acesso; Verificar sistema de leitura biométrica; Revisão da vedação interna das portas de biossegurança; Verificar compressor de ar para acionamento das portas ativas. 	Mensal	
	<ul style="list-style-type: none"> Verificar as válvulas direcionais das portas de biossegurança; Verificar os pistão, mangueiras e Anel "Oring" das portas de biossegurança. 	Trimestral	
	SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO	<ul style="list-style-type: none"> Verificar indicações do painel e testes de lâmpadas; Inspeccionar as baterias e carregador; Verificação do funcionamento dos detectores de fumaça; Teste do sistema conforme recomendação do fabricante. 	Mensal
	Área NB3 e NBA3	<ul style="list-style-type: none"> Aferição da temperatura e umidade nos ambientes climatizados; Monitoramento constante da pressão diferencial entre as salas que compõem o laboratório NB3 (antecâmaras e laboratório), utilizando equipamentos com Certificado de Calibração vigente e emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, com o objetivo de garantir a manutenção do gradiente unidirecional de pressão negativa entre as salas, de forma que o ambiente laboratorial tenha a maior pressão negativa quando comparado aos demais ambientes; de acordo com as normas de funcionamento do laboratório NB3. Intervir, no caso de haver discordância de valores de pressão diferencial, imediatamente ou de acordo com a programação repassada pelo fiscal do contrato, responsável pelo laboratório 	Semanal
CIRCUITO FECHADO DE CFTV	<ul style="list-style-type: none"> Verificação do painel de controle e comando; Teste de software; Gravações das câmeras em mídia externa. 	Mensal	
	<ul style="list-style-type: none"> Limpeza de lentes e visor das câmeras; Verificação das imagens quanto a interferências, ajuste de foco, contraste, cores e enquadramento; Verificação dos conectores e das tensões de alimentação. 	Trimestral	

		<ul style="list-style-type: none"> Realizar revisão geral do sistema elétrico e mecânico; Verificar as condições de segurança do aterramento. Mudança de posicionamento e reinstalação de Câmeras. 	Anual
MANUTENÇÃO CIVIL		<ul style="list-style-type: none"> Verificar, e corrigir, se for o caso, os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none"> estado de forros, paredes, pisos e divisórias; tubulações de água e esgoto; funcionamento de registros, válvulas e torneiras e acionadores de torneiras; estanqueidade de portas e janelas. 	Mensal
		<ul style="list-style-type: none"> Descontaminação de área ou equipamento a ser certificado, de acordo com as normas internacionais de biossegurança com emissão de laudo atestando os procedimentos, execução e responsabilidade técnica pelo serviço. 	Antes e depois de manutenções, certificações ou sempre que solicitado.
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ATERRAMENTO	E	<ul style="list-style-type: none"> Verificação dos circuitos de alimentação e distribuição de energia em baixa tensão, cabos, tomadas, alimentação de câmeras e demais componentes; Verificação do sistema completo de iluminação, incluindo lâmpadas, reatores, interruptores e demais componentes; Reaperto das conexões de disjuntores e componentes dos quadros elétricos, entre outros. <p>OBS.: Os serviços listados são o mínimo requerido, devendo a CONTRATADA verificar as recomendações de manutenção de cada fabricante dos equipamentos/sistemas e executá-las.</p>	Mensal
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorar o correto funcionamento dos Sistemas; Operar e monitorar o sistemas de supervisão e controle, detectando eventuais falhas de hardware e software, providenciando sua imediata correção; Programar/reprogramar, sempre que necessário, o sistema de automação (CLPs, inversor de frequência e seus acessórios). Devem ser implementadas rotinas de automação para garantia da biocontenção, por exemplo, mecanismo para evitar a ocorrência de pressão positiva. 	Diário
AUTOMAÇÃO CONTROLADORES	E	<ul style="list-style-type: none"> Verificar a atuação dos sensores e das controladoras e funcionamento dos variadores de frequência, detectando eventuais falhas e providenciando sua imediata correção sempre que necessário; Calibrar os sensores e as controladoras sempre que necessário; Calibração anual dos sensores de temperatura, umidade, pressão diferencial, vazão do ar de insuflamento e exaustão, e outras grandezas se aplicável com os sensores na malha em que estão instalados. Deve ser realizada anualmente por laboratório integrante da Rede Brasileira de Calibração (RBC); Entre as calibrações ou a qualquer tempo quando houver suspeita de erro de medição devem ser realizadas checagem intermediárias dos sensores na malha com padrões rastreáveis a RBC; Verificar o funcionamento dos dispositivos de alarme. 	Mensal
		<ul style="list-style-type: none"> Atualização dos firmwares dos componentes da automação e softwares controladores integradores, com a inspeção de todos os sistemas da automação e troca dos componentes defeituosos. Emissão de laudo de atualização e conformidade dos sistemas. 	Anual
UNIDADES INDIVIDUAIS DE CONDIC. DE AR ("SELF-CONTAINED" E SPLIT-SYSTEM)		<ul style="list-style-type: none"> Inspeccionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, componentes mecânicos e componentes do sistema elétrico, tais como: <ul style="list-style-type: none"> Termostatos; Reles térmicos. Serpentinas de resfriamento; Filtros; Circuito frigorígeno; Compressores; Fusíveis; Executar outros serviços correlatos que envolverão correção/substituição se for o caso, tais como: <ul style="list-style-type: none"> Verificação das pressões dos compressores; Verificação de ruídos e vibrações anormais; Inspeção das ligações elétricas; Inspeção e limpeza das partes internas e externas dos gabinetes. 	Mensal
SISTEMA DE TERMO-DESINFECÇÃO		<ul style="list-style-type: none"> Monitorar e registrar diariamente os parâmetros dos ciclos efetuados pelo sistema de supervisão e controle (temperatura e pressão). 	Diário

	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de relatório detalhando os tempos e temperaturas obtidas e efetuar as intervenções necessárias para a manutenção dos parâmetros de biossegurança exigidos. 	Semanal
	<ul style="list-style-type: none"> Verificação das redes de alimentação e distribuição de água e esgoto (geral e do gerador de água quente); Verificação das válvulas dos tanques de armazenagem e de desinfecção; Verificação do quadro de comando; Verificação da corrente das resistências; Verificação da automação. 	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> Lavagem interna do tanque de recepção, por meio de troca de água com solvente para limpeza de eventuais depósitos no fundo. Lembrar que qualquer drenagem só poderá ser feita após limpeza química adequada, especificada por profissional competente, com propósito de evitar-se contaminação. Essa drenagem deverá ser feita desconectando-se a união entre a válvula solenoide inferior e a válvula esfera no fundo do tanque; Limpeza geral do sistema. 	Anual
NO-BREAK TRIFÁSICO	<ul style="list-style-type: none"> Inspeção visual dos equipamentos e do banco de baterias Leitura das informações do display dos equipamentos 	Diário
	<ul style="list-style-type: none"> Inspeção visual geral do sistema; Limpeza dos equipamentos; Limpeza das baterias e bornes; Aperto de parafusos e conexões; Verificação e teste das lâmpadas de sinalização; Verificação de fusíveis e disjuntores; Aferir os instrumentos existentes; Inspecionar as baterias; Ajustar a limitação da corrente de carga das baterias; Testar os semicondutores de chaveamento quanto à existência de fuga; Medir e anotar as tensões de flutuação e equalização das baterias; Medir e anotar a tensão e frequência de saída do inversor por fase; Aferição dos instrumentos do painel; Execução de testes operacionais; Procedimentos: Medição das tensões de entrada; Medição das tensões de saída; Medição das tensões da rede reversa; Medição das correntes de entrada; Medição das correntes de saída; Medição da corrente de neutro. 	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> Execução de testes de transferências inverso rede e vice-versa; Medição da autonomia em descarga; Calibração geral; Análise termográfica das partes internas do equipamento; Análise energética da entrada e saída do sistema com dados obtidos na execução dos procedimentos acima; 	Semestral
	<ul style="list-style-type: none"> Teste de funcionamento de todas as suas proteções; Simulação de falta de energia da concessionária; Medição da tensão de flutuação de cada componente da bateria de acumuladores; Medição da tensão de cada acumulador em descarga; Manutenção preventiva completa da bateria com reaperto e limpeza; Verificação das fiações, conexões e reaperto geral; Recalibração geral do equipamento. 	Anual
	<ul style="list-style-type: none"> Medição da contagem de partículas; usar contador de partículas Medição da velocidade do fluxo de ar; usar termoanemômetro Medição da saturação dos filtros absolutos; usar micromanômetro Medição das correntes elétricas dos motores; usar alicate amperímetro Revisão e reaperto das conexões no painel elétrico; Revisão e limpeza da parte interna do equipamento; Revisão do sistema eletromecânico; Revisão dos selos de vedação; Revisão dos manômetros; Troca dos pré-filtro e filtros absolutos; Relatório final com os resultados, classificação e recomendações técnicas 	Semestral, após intervenção ou apresentação de falhas.
CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA RACK VENTILADO PARA BIOTÉRIO,		

	<ul style="list-style-type: none"> • Medição da contagem de partículas; usar contador de partículas • Medição da velocidade do fluxo de ar; usar termoanemômetro • Medição da saturação dos filtros absolutos; usar micromanômetro • Medição das correntes elétricas dos motores; usar alicate amperímetro • Revisão e reaperto das conexões no painel elétrico; • Revisão e limpeza da parte interna do equipamento; • Revisão do sistema eletromecânico; • Revisão dos selos de vedação; • Revisão dos manômetros; • Troca dos pré-filtro e filtros absolutos; • Relatório final com os resultados, classificação e recomendações técnicas 	Anual
	<ul style="list-style-type: none"> • Medição da integridade dos filtros absolutos (HEPA) com P.A.O; usar fotômetro; • Teste de fumaça; usar gerador de fumaça de pequena proporção; • Relatório final com os resultados, classificação e recomendações técnicas e • Colocação de selo de certificação 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a descontaminação das cabines, de acordo com as normas internacionais de biossegurança, com emissão de laudo atestado os procedimentos, execução e responsabilidade técnica pelo serviço. 	Antes e depois de manutenção certificação ou sempre que solicitado.
FLUXO UNIDIRECIONAL (LAMINAR) HORIZONTAL OU VERTICAL E CABINE DE PCR	<ul style="list-style-type: none"> • Medição da contagem de partículas; usar contador de partículas • Medição da velocidade do fluxo de ar; usar termoanemômetro • Medição da saturação dos filtros absolutos; usar micromanômetro • Medição das correntes elétricas dos motores; usar alicate amperímetro • Revisão dos selos de vedação; • Revisão dos manômetros; • Troca dos pré-filtro e filtros absolutos HEPA; • Relatório final com os resultados, classificação e recomendações técnicas. 	Semestral, após intervenção ou apresentação de falhas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Medição da integridade dos filtros absolutos (HEPA) com P.A.O; usar fotômetro; • Teste de fumaça; usar gerador de fumaça de pequena proporção; • Relatório final com os resultados, classificação e recomendações técnicas e colocação de selo de certificação; • Medição da integridade dos filtros absolutos (HEPA) com P.A.O; usar fotômetro; • Teste de fumaça; usar gerador de fumaça de pequena proporção; • Relatório final com os resultados, classificação e recomendações técnicas e colocação de selo de certificação. 	Anual
FREEZERS	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeccionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os itens abaixo: <ul style="list-style-type: none"> • Motor Ventilador; • Capacitor de Partida. Filtro de Gás e óleo e Filtro interno. • Placa principal • Gás; • Borracha interna e externa; • Placa com Display ou controlador de temperatura; • Regulagem da porta; • Inspeccionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Motor ventilador; • Termostatos; • Compressores; • Filtros secadores; • Borrachas de portas; • Inspeccionar, medir, testar e corrigir/substituir, se for o caso, os seguintes componentes do sistema elétrico: <ul style="list-style-type: none"> • Disjuntores magnéticos; • Fusíveis; • Lâmpadas-piloto para alarme; • Quadros elétricos; • Terminais; • Tensão e corrente dos compressores; 	Anual

	<ul style="list-style-type: none"> Inspeccionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: Filtros de água; Pressão de sucção, descarga e óleo de cada compressor; Vazamento de água. <ul style="list-style-type: none"> Inspeccionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como: Protetores térmicos; Válvula de expansão termostática; Manômetros e termômetros e borrachas; Controle automático de capacidade; Eliminar focos de ferrugem, verificar equipamentos de drenos. <ul style="list-style-type: none"> Inspeccionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: Compressores conforme especificação do fabricante; Condensadores. <ul style="list-style-type: none"> Executar outros serviços correlatos que envolverão correção/substituição se for o caso, tais como: Drenar completamente o sistema de água de condensação; Inspeção de todas as válvulas, acessórios e tubulação; Limpeza dos filtros de água; Limpeza interna dos tubos dos condensadores; Inspeção dos contatos das chaves de partida e controles dos motores. 	
Grupo gerador de energia	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento do grupo gerador de energia Monitorar duas vezes ao dia a existência de alarmes na controladora do grupo gerador, registrar e comunicar a fiscalização eventuais ocorrências e alarmes e efetuar o reset dos alarmes. Obs: A manutenção do grupo gerador não é parte do escopo deste contrato, ficando apenas o monitoramento diário dos alarmes. 	Diário
Projetos	<ul style="list-style-type: none"> As built 	Sempre que necessário

ANEXO D
RELAÇÃO DOS FILTROS DAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE AR DOS LABORATÓRIOS DO BIOPEC - EMBRAPA GADO DE CORTE/MS

ITEM	QUANT.	PRODUTO	PRESSÃO	DIMENSÕES
UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR TROX ICV-4E -FC-01 - SALA MIX PCR				
01	02	Filtro G3 plano F70B35-1 - referência Trox	650 Pa	485X525
02	01	Filtro F9 tipo bolsa referência Trox F74B33	350 Pa	804x804x653
UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR TROX ICV-6E -FC-02 SALA PROCESSAMENTO DE AMOSTRA-				
03	02	Filtro G3 plano F70B35-1 - referência Trox	700 Pa	545x497
04	01	Filtro F9 tipo bolsa referência Trox F74B33	350 Pa	804x804x653
UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR TROX ICV-9E -FC-03- SALAS: CENTRAL DE COMANDO, AMPLIFICAÇÃO DO MATERIAL GENÉTICO, ELETROFORESE E FOTODOCUMENTAÇÃO.				
05	02	Filtro G3 plano F70B35-1 - referência Trox	700 Pa	610 x650
06	01	Filtro F9 tipo bolsa referencia Trox F74B33	350 Pa	1428x804x653
UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR TROX ICV-5E - FC-04 - SALA ANÁLISE				
07	02	Filtro G3 plano F70B35-1 - referência Trox	700 Pa	445x497
08	01	Filtro F9 tipo bolsa referência Trox F74B33	350 Pa	804x804x653
UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR TROX ICV-7,5E - FC-05 - PREPARO DE REAGENTE				
09	02	Filtro G3 plano F70B35-1 - referência Trox	700 Pa	535X650
10	01	Filtro F9 tipo bolsa referência Trox F74B33	350 Pa	1109X804X653
UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR TROX TKZ-130 - FC-06A/B - NB-3				
11	04	Filtro plano fibra sintética G4 F70B35-2 - referência Trox	1.300 Pa	305x610
12	08	Filtro plano fibra sintética G4 F70B35-2 - referência Trox	1.300 Pa	610x610
13	04	Filtro F9 tipo bolsa referência Trox F74B33	350 Pa	1428x1428x653
14	02	Filtro absoluto A3 F7B2M76 referência Trox	16.050 Pa	1874x1742x2627
UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR TROX TKZ-52E - FC-07 - SALA 2-NB-2				
14	02	Filtro plano fibra sintética G4F70B35-2 - referência Trox	700Pa	305X610
15	01	Filtro plano fibra sintética G4 F70B35-2 - referência Trox	700 Pa	610X610
16	01	Filtro F9 tipo bolsa referência Trox F74B33	350 Pa	1428X804X653
UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR TROX TKZ-31 - FC-09 BIOTÉRIO DE MANUTENÇÃO				
17	01	Filtro de carvão ativado F401A02	700 Pa	610x610x687
18	01	Filtro F8 tipo bolsa fibra sintética antimicrobiana descartável referência Trox F74BSB95	700 Pa	305x610x381
19	01	Filtro F8 tipo bolsa fibra sintética antimicrobiana descartável referência Trox F74BSB95	700 Pa	610x610x381
20	02	Filtro plano fibra sintética G3 F70B35-2 - referência Trox	700 Pa	305x610
21	01	Filtro plano fibra sintética G3 F70B35-2 - referência Trox	700 Pa	610x610

CAIXAS DE FILTROS BAG-IN-BAG-OUT (EXAUSTOR)				
22	10	Filtro absoluto A3 referência F7B2M76	16.050 Pa	1874X1742X2627
23	06	Filtro absoluto A3 referência F7B2M76	16.050 Pa	1874X1742X2627

Observações:

1. A CONTRATADA deverá realizar acompanhamento e apresentar relatórios quinzenais com as pressões de saturação dos elementos filtrantes e realizar a programação de substituição com antecedência.
2. Se a CONTRATADA fornecer filtros de outro fabricante a mesma deverá apresentar material técnico comprovando a eficiência e limite de saturação dos filtros.
3. No caso dos filtros absolutos os mesmos deverão ser substituídos se for verificada a necessidade nos testes de qualificação.
4. A relação de filtros apresentados neste Anexo foram levantadas a partir de projetos do Biopec, podendo haver divergências com as instalações atuais, ficando a CONTRATADA obrigada a realizar a verificação no momento da vistoria, promovendo as condições necessárias para operacionalização durante a execução dos serviços.

ANEXO E

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Pregão nº _____/2023

Empresa:

Endereco:

CNPJ:

Tel.:

Representante (s):

CPF:

Declaro que, na presença de servidor designado pelo Embrapa Gado de Corte, o(s) profissional(is) acima qualificado(s) vistoriou(aram) os locais onde serão executados os serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a infraestrutura e equipamentos do Laboratório Multiusuário de Biossegurança para a Pecuária - Biopec da Embrapa Gado de Corte - Campo Grande/MS, inteirando-se por completo das condições estipuladas no Edital de Licitação e em seus anexos, inclusive no que se refere a especificações técnicas, marcas, modelos, ferramentas, grau de dificuldade dos serviços, número de empregados a serem envolvidos e demais peculiaridades do objeto do certame.

_____, _____ de _____ de 2023

Nome / Matrícula / ou carimbo

Nome representante da Licitante Assinatura Servidor

ANEXO F – MODELO PARA A PROPOSTA

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 0001/2023 – Embrapa Gado de Corte, apresento nossa proposta de preço para **MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA INFRAESTRUTURA DO BIOPEC**, conforme abaixo especificado:

	Item	Descrição/Especificação	Unidade	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
LOTE 1	1	Prestação de serviços contínuo especializado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção preventiva e corretiva do Laboratório Multiusuário de Biossegurança para a Pecuária - Biopec da Embrapa Gado de Corte em Campo Grande/MS, conforme descrito a seguir: Infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar das áreas de biossegurança 2 (NB-2) e 3 (NB-3) e demais áreas do Biopec, conforme descrito nos Anexos B e C.	Serviço	20		
	2	Prestação de serviços de fornecimento de acessórios, componentes, partes e peças de reposição.	Unidade de Real	200.000	1,00	200.000,00
	3	Prestação de serviços especializados eventuais, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em biossegurança incluindo capacitação e treinamento nos sistemas que compreende o Biopec por especialista em biossegurança conforme item 8.8.3 deste Termo de Referência.	Hora	110		

OBS IMPORTANTE: Apresentar em conjunto com esta proposta de Precos Ajustada a Planilha de custos e formação de precos do Anexo G abaixo.

PROCESSO LICITATÓRIO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Preço total GERAL da proposta R\$ (por extenso)

Prazo de validade da proposta: _____ (se outro prazo não seja estipulado, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias).

Prazo para entrega dos produtos: Conforme estabelecido nos Anexos deste Edital.

A entrega dos produtos para a Embrapa ocorrerá de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital.

Oferecemos garantia de validade dos produtos pelo prazo de _____.

Estão incluídos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais e encargos sociais.

Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital, especialmente as fixadas para pagamento e entrega dos produtos, contidas na minuta do contrato.

V. Banco: Agência: Conta Corrente:

Local e data

Diretor ou representante legal - Identidade
Nome legível/Carimbo da empresa

OBS IMPORTANTE: Apresentar em conjunto com esta proposta de Preços Ajustada a Planilha de custos e formação de preços do Anexo G abaixo.

ANEXO G
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A planilha a seguir refere-se a composição de custos e formação de preços unitários, a ser utilizada para calcular o valor da mão de obra exclusiva deste contrato do Contrato, bem como seus encargos e benefícios.
OBS.: O valor da mão de obra exclusiva deste contrato já deve estar incluso no valor do item 2 da Proposta de Preços Ajustada, sendo a tabela abaixo utilizada para o acompanhamento das obrigações sociais e trabalhistas de cada empregado.

Nº do Processo: _____
Pregão Eletrônico Embrapa nº ____ / ____

Discriminação dos serviços	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)
B	Município/UF
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo
D	Número de meses de execução contratual

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra	
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
3	Salário Normativo da Categoria Profissional
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)

Módulo 1 - Composição da remuneração			
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)	
A	Salário-Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		
G	Outros (especificar)		
Total			
Módulo 2 - Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)	
A	13º (décimo terceiro) Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
Total			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Outros (especificar)		
Total			
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		
2.3	Benefícios Mensais e Diários		
Total			
Módulo 3 - Provisão para rescisão			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Total			
Módulo 4 - Custo de reposição do profissional ausente			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Férias		
B	Ausências legais		
C	Licença-Paternidade		
D	Ausência por acidente de trabalho		
E	Afastamento maternidade		

F	Outros (especificar)	
Total		
Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Intra jornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intra jornada	
Total		
Módulo 5 - Insumos diversos		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%) Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	
B	Lucro	
C	Tributos	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	
Total		

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)	
F Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado	

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Quantidade de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Quantidade de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
I Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
n Serviço n	R\$		R\$		R\$
Valor mensal dos serviços (I + II + n)					

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
Item	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida*	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato)	

*Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

ANEXO H
MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

_____, de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Empresa

ANEXO I
MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E RESPECTIVOS ANEXOS

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO _____ (ÓRGÃO / ENTIDADE) E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA XXXX, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio do _____, (informar o órgão) estabelecido(a) _____, (endereço completo), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ____/____-__, por meio da Coordenação _____, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº _____, de ____/____/____, (data) publicada no D.O.U. de ____/____/____, (data) neste ato, representado(a) pelo(a) _____ (cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e

inscrito no CPF sob nº _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____, de ____/____/____ (data), publicada no D.O.U. de ____/____/____ (data), doravante denominado(a) **ADMINISTRAÇÃO**, e, de outro lado, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, _____, estabelecido(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominado(a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, neste ato, representado(a) pelo seu _____ (cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.
3. **Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.
4. **Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação** - cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. **Usuário(s)** - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
6. **Participes** - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada contrato será aberta uma conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços do Contrato.
2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.
3. A movimentação dos recursos na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO e abre conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Participes, contendo o cadastramento da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO, contendo o número da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.
6. A ADMINISTRAÇÃO credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
7. A ADMINISTRAÇÃO solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.
8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.
9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.
- 9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:
 - 9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
 - 9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.
 - 9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À ADMINISTRAÇÃO compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.
2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação.
3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Participes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação.
4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico.
5. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras.
6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação.
7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
12. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o *hardware* e *software* utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento.
14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

CLÁUSULA QUINTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO.
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício.

4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação.
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços.
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Instrumento.
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

* Observar a Orientação Normativa/AGU nº 44, de 26 de fevereiro de 2014.

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de _____.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

(Local e data)

Assinatura do representante da Assinatura do representante da
ADMINISTRAÇÃO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/____ - _____

_____ de _____ de _____

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
(nome)
(cargo/Gerente)
(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,
Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: _____
Razão Social: _____
Nome Personalizado: _____
Endereço: _____
Representante Legal: _____
CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal
ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

Senhor (a) _____,

_____, ____ de _____ de _____.

Em atenção ao Ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____, deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº ____ de ____ de ____ de _____, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/____ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Gerente

Ao (A) Senhor (a)
Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL
Endereço

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)
Ofício nº ____/____

____ de ____ de ____

Senhor (a),

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação à empresa _____, CNPJ _____, na Agência _____, da Instituição Financeira _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº ____ de ____ de ____ de ____, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Agência: _____
Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal
Cidade/Município: _____

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente,

Gerente

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - ____

Local, ____ de ____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,
Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ ____ da conta nº ____ da agência nº ____ de titularidade de _____ (nome do proponente), inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação:

Instituição Financeira Agência Conta CPF /CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ou
servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)
Ofício/Carta nº ____ (número sequencial)

____, ____ de ____ de 20__.

Senhor (a) _____,
(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/20__ - ____ de ____/____/20__, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - de nº _____, da agência nº _____, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação:

CREDITAR
Instituição Financeira Agência Conta CPF /CNPJ

Atenciosamente,

(nome do Gerente)
Nº da Agência da Instituição Financeira

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência _____ da Instituição Financeira _____
(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação nº _____ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - ____

_____, ____ de _____ de 20__

Ao (A) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF Nome Documento/Poderes

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - ____

_____, ____ de _____ de 20__

Ao (A) Senhor(a)
(nome do Proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal)
(endereço da empresa com CEP)

Senhor (a) Sócio-Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta - depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO J – Minuta de Contrato

CONTRATO DE MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA INFRAESTRUTURA DO BIOPEC, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA — Embrapa E A EMPRESA_____.

A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada por força da Lei nº 5.851, de 07.12.72, Estatuto aprovado pela 21ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de novembro de 2022 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de novembro de 2022, edição nº 213, Seção 1, páginas 16 a 20, consoante parágrafo único do artigo 72 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por intermédio de sua Unidade: Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.348.003/0046-12, sediada em Campo Grande, MS, endereço: Avenida Rádio Maia, 830, Zona Rural, neste ato representada por seu Chefe-Geral, Dr. Antônio do Nascimento Ferreira Rosa, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, Portador do RG nº 047.087 SSP/MS e do CPF nº 166.960.266-49, designado pela Portaria nº 1046 de 26 de outubro de 2020, publicada no BCA 50/2020 e reconduzido pela Portaria nº 2029, de 19 de dezembro de 2022, publicada no BCA Nº 67, de 19.12.202, em conjunto com Chefe-adjunto de Administração, Sr. Sandro Silveiro Pinheiro, brasileiro, casado, Administrador, portador do Registro Profissional CRA-MS Nº 7425 e do CPF nº 773.977.381-68, designado pela Portaria Nº 1536 de 22 de agosto de 2022, publicado no BCA Nº 45/2022, conforme poderes conferido a ambos pela Deliberação Nº 35 de 14 de dezembro de 2022, do Presidente da Embrapa,

publicada no BCA Nº 68 de 14 de dezembro de 2022, doravante designada simplesmente **Embrapa**, e, de outro lado, a sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada em _____, neste ato representada por seu _____, Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, resolveram celebrar o presente Contrato de prestação de serviços para **MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA INFRAESTRUTURA DO BIOPEC**, que se regerá pelo respectivo Instrumento Convocatório; pela proposta vencedora; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (<https://www.embrapa.br/documents/10180/1459509/Regulamento+de+Licita%C3%A7%C3%B5es%2C+Contratos+e+Conv%C3%AAnios/00e6dec5-ae7e-0255-b9b1-b643dfbe3be>), e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Contratação de serviços contínuos especializados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção preventiva e corretiva do Laboratório Multiusuário de Biossegurança para a Pecuária - Biopec da Embrapa Gado de Corte em Campo Grande/MS, conforme descrito a seguir: infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar e automação das áreas de Nível de Biossegurança 2 (NB2) e 3 (NB3/NBA3) e demais áreas do Biopec, incluindo, sob demanda as peças, materiais, insumos e filtros com emissão de relatórios, certificados e laudos, segundo as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste no Edital do Pregão Eletrônico nº _____/2023 e seus anexos.

- 1.1. A prestação dos serviços compreende, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e o emprego de todos os equipamentos, materiais, EPIs e ferramentas necessários à sua execução, conforme disposto no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº _____/2023 – Embrapa Gado de Corte.
- 1.2. A execução completa do objeto contratual só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.
- 1.3. Este contrato vincula-se para todos os efeitos a Proposta de Preços Ajustada, ao Edital do Pregão Eletrônico nº _____/2023, ao termo de referência e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA — DO PREÇO

A **Embrapa** pagará à **CONTRATADA**, o valor mensal de R\$ _____, (_____), referente ao item 1, compreendendo impostos, taxas, encargos sociais e administrativos, necessários à prestação dos serviços, objeto deste Contrato.

2.1. O preço global do presente Contrato, considerando os 20 (vinte) meses de sua vigência, é de R\$ _____, (_____), já incluso o lucro e todas as despesas que possam influir, direta ou indiretamente, na sua execução.

Item	Descrição/Especificação	Unidade	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Prestação de serviços contínuo especializado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de manutenção preventiva e corretiva do Laboratório Multiusuário de Biossegurança para a Pecuária - Biopec da Embrapa Gado de Corte em Campo Grande/MS, conforme descrito a seguir: Infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar das áreas de biossegurança 2 (NB-2) e 3 (NB-3) e demais áreas do Biopec, conforme descrito nos Anexos B e C.	Serviço	20		
2	Prestação de serviços de fornecimento de acessórios, componentes, partes e peças de reposição.	Unidade de Real	200.000	1,00	200.000,00
3	Prestação de serviços especializados eventuais, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em biossegurança incluindo capacitação e treinamento nos sistemas que compreende o Biopec por especialista em biossegurança conforme item 8.8.3 deste Termo de Referência.	Hora	110		

2.2. Os itens 2 e 3 só serão empenhados conforme a necessidade do serviço ou por previsão de atendimentos emergenciais, visando a perfeita execução do contrato e funcionamento do BIOPEC.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa orçamentária da execução deste contrato durante o presente exercício correrá à conta da natureza da despesa 339030/339039, conforme Nota de Empenho n.º _____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUARTA — DA DOCUMENTAÇÃO

Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações contratuais e legais, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Embrapa** a documentação a seguir relacionada:

- 4.1. Contados da assinatura do contrato, deverá apresentar em:
- a) Na assinatura do contrato, declaração de optante pelo simples nacional, conforme SRF 1234/2012, se for o caso;

b) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;

c) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, documento referente à política de controle de horas extraordinárias a ser adotado.

d) Até 10(dez) dias corridos a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados (mão de obra exclusiva deste contrato).

e) Até 10(dez) dias corridos os Exames médicos admissionais dos empregados (mão de obra exclusiva deste contrato).

f) Até 10(dez) dias corridos o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional – PCMSO e Programa de Proteção Respiratória - PPR, ao gestor do contrato, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação devidamente motivada e autorizada.

f) Até 20(vinte) dias corridos, laudo de insalubridade e/ou periculosidade, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação devidamente motivada e autorizada.
- 4.2. Mensalmente, os seguintes documentos:
- a) SICAF, ou comprovações de sítios específicos referentes aos itens vencidos.

b) GFIP/SEFIP, Previdência Social e FGTS – Competência Mês Anterior.

c) Relação dos Trabalhadores (RE).

d) Protocolo de Envio Conectividade Social, conforme inciso VIII, art.60, IN MPS/SRP N° 3 de 14/07/2005 e Anexo IV, 2.5 e 2.6, IN n°. 2 de 30/04/2008.

e) GRF – Guia de Recolhimento FGTS (mês anterior) e comprovante de pagamento, conforme Art. 92, 93, 94, 95,140, 141, 142,145, 146 e 160, IN MPS/SRP N°3 de 14/07/2005.

f) GPS – Guia de Previdência social (mês anterior) e comprovante de pagamento, conforme Art. 92, 93, 94, 95,140, 141, 142,145, 146 e 160, IN MPS/SRP N°3 de 14/07/2005.

g) Folha de pagamento dos Trabalhadores da Empresa que prestam serviços à **Embrapa** com comprovação do Pagamento dos Salários, conforme inciso III, art. 60, art. 161 e art. 162, IN MPS/SRP N°. 3 de 14/07/2005,acompanhada dos recibos de pagamentos dos salários.

h) Comprovante de Entrega do Vale Alimentação e Vale Transporte dos Trabalhadores que prestem serviços na Embrapa Gado de Corte.

i) Comprovante da Concessão e Pagamento das Férias aos trabalhadores que prestem serviços na **Embrapa** ou declaração que não houve férias no período.

j) Comprovante de pagamento do 13º salário e respectiva GFIP/SEFIP, GPS e comprovante de pagamento, quando devido, quando houver.

k) Folha de ponto dos funcionários.

l) Declaração que não houve horas extras no período.
- 4.3. Quando solicitado pela **Embrapa**, de quaisquer documentos comprobatórios solicitados pela CONTRATANTE.

4.4. Quando o contrato de trabalho da mão de obra exclusiva deste contrato for extinto ou rescindido, a **CONTRATADA** deverá entregar a documentação abaixo relacionada após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de até 10 dias corridos:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

4.6. Caso a fundamentação legal solicitada nos subitens anteriores tenham sofrido ou vierem a sofrer alterações, a **CONTRATADA** e a **Embrapa** deverão realizar as adequações com a legislação vigente, sem que ocorra prejuízo na prestação do serviço.

4.7. Sempre que houver admissão de novos empregados pela **CONTRATADA**, os documentos elencados no parágrafo primeiro deverão ser apresentados.

4.8. Os documentos necessários à comprovação elencados nesta Seção poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

4.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

4.10. Os fiscais do contrato terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, devendo atuar em conformidade com a Instrução Normativa nº 2 da SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008, procedimentos de Gestão Contratual da Embrapa Gado de Corte e demais diplomas legais correlatos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é de **20 (vinte) meses**, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma prevista em Lei.

5.1. A prorrogação da vigência poderá ser efetuada a cada 20 (vinte) meses, desde que comprovadamente vantajosa para a **Embrapa** e autorizada formalmente pela autoridade competente, além de serem atendidos todos os requisitos abaixo:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A **Embrapa** mantenha interesse na realização do serviço;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- d) A **CONTRATADA** manifeste expressamente interesse na prorrogação;
- e) Relatório favorável emitido pelo Fiscal Técnico do contrato.

5.2. A vantajosidade econômica para prorrogação do contrato estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que:

- a) Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários sejam efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei;
- b) Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais sejam efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais. Para este contrato será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE; e

5.3. Como condição para a prorrogação a **Embrapa** deverá realizar negociação contratual para eliminação dos custos não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** deverá apresentar, somente para o item 1, no prazo máximo de 10 (dez dias) úteis, o comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação.

6.1. O prazo para apresentação do comprovante de prestação da garantia poderá ser prorrogado a critério da **Embrapa** por igual período.

6.2. O valor da garantia será atualizado sempre que houver alteração, reajuste ou revisão do valor do contrato.

6.3. A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

6.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

6.5. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **Embrapa** a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, ficando a empresa sujeita às sanções legais previstas em Lei.

6.6. A garantia prestada somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

6.7. A garantia deverá ter a sua validade acrescida em 3(três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, e só será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

a) O prazo de validade da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

6.8. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber;

6.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no Parágrafo Oitavo.

6.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da **Embrapa**.

6.11. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela **Embrapa** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

6.12. A garantia será considerada extinta:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **Embrapa**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) Após o término da vigência do contrato, observado o subitem 6.7.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. A **CONTRATADA**, além das demais obrigações se obriga, especialmente à seguintes disposições:

7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, peças, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos especializados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, conforme condições habilitatórias aceitas.

7.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados para a atividade a ser realizada, quando for o caso.

7.6. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que atenderão o órgão para a execução do serviço.

7.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregados que sejam familiares de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE nos termos do artigo 7º do Decreto 7.203, de 2010.

7.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

7.9. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

7.10. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

7.11. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

7.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

7.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a **CONTRATADA** relatar à **Embrapa** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

7.14. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezoito anos.

7.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na lei.

7.19. Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, até o último dia útil do mês subsequente ao do início da execução contratual, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, nos termos do artigo 30, II, e § 1º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, caso se trate de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo referido regime tributário que venha a incidir na vedação do artigo 17, XII, da mesma lei.

7.20. Apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a referida comunicação, o respectivo comprovante.

7.21. Apresentar à CONTRATANTE, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência.

7.22. Substituir em caso de eventual ausência quando esta for superior a 03 (três) dias tais como faltas e/ou licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal Técnico do Contrato.

7.23. Durante o período de férias do funcionário o mesmo deve ser substituído por profissional qualificado com o perfil do cargo a ser ocupado.

7.24. Em caso de ausências ou horas trabalhadas a menor será feita glosa da fatura.

7.25. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

7.26. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.27. Em caso de ausência concomitante, justificada ou não, deverá a **CONTRATADA** repor no mínimo em 50% a ausência do empregado efetivo conforme especificado neste Termo de Referência, sem prejuízo da incidência de desconto sobre o quanto não repostado, sob pena das sanções constantes do subitem 19.

7.28. Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados.

7.29. Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, bem como o registro da CAT, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados, quando da execução dos serviços, ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

7.30. Capacitar e treinar todos os funcionários (no mínimo 40 horas) que irão trabalhar na função de mecânico de refrigeração nos equipamentos Chillers das marcas existentes no Biopec, bem como nas que vierem a ser adquiridas.

7.31. Entregar ao fiscal do contrato cópia autenticada do certificado do treinamento.

7.32. Apresentar, após o início da prestação dos serviços, ficha dos empregados devidamente digitada, contendo toda a identificação do funcionário: foto, tipo sanguíneo/fator RH, endereço e telefone para contato, dentre outros, mantendo-a atualizada sempre que ocorrer qualquer alteração, mesmo em caso de substituição.

7.33. Comunicar sempre e imediatamente ao fiscal do contrato quando da necessidade de execução de serviços de manutenção corretiva, bem como substituição de peças, que poderá acompanhar execução para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes.

7.34. Remover do local dos serviços todo o entulho, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a finalização da execução de cada serviço, realizando descarte conforme PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Embrapa Gado de Corte) ou em locais definidos pelo município de Campo Grande/MS.

7.35. Levar ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.

7.36. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas. A **CONTRATADA** não poderá utilizar o atraso no

pagamento da fatura pela CONTRATANTE decorrente da falta de documentação exigida ou outras razões, como causa da não promoção do pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

7.37. Pagar aos seus funcionários, de acordo com as funções, adicional de insalubridade conforme laudo de insalubridade e/ou periculosidade nos termos da legislação vigente.

7.38. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, por meios próprios ou mediante ajuda de custo ou vale transporte, inclusive em casos de paralisação total ou parcial (ou greve) dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessário.

7.39. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais em consequência de fato a si imputável e relacionado aos serviços contratados.

7.40. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Embrapa Gado de Corte, de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

7.41. Entregar, impreterivelmente, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, relatório técnico detalhando todos os serviços efetivamente realizados, e, ainda, todas as informações necessárias e suficientes sobre a operacionalização dos sistemas. O relatório deverá conter, ainda, indicação das manutenções corretivas realizadas durante o mês e relação dos materiais substituídos, inclusive contendo propostas técnicas de solução dos problemas detectados em manutenções preventivas e não solucionados. A não entrega do relatório poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

7.42. Acompanhar os serviços por meio de sistema computadorizado, mantendo software de acompanhamento da manutenção e emissão de relatórios, além do banco de dados de peças e equipamentos sempre atualizados.

7.43. Juntamente com a Nota Fiscal relativa ao pagamento dos serviços de um mês, deverá a **CONTRATADA** informar a programação dos serviços preventivos para o mês seguinte, para efeito de controle da fiscalização da Embrapa Gado de Corte e empenho.

7.44. Manter os sistemas constantes do objeto deste Termo de Referência em bom estado de funcionamento, mediante a correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, limpeza, bem como a substituição de peças, quando necessário, utilizando, nos casos em que couber, sinalização adequada para cada tipo de serviço, como placas do tipo "EM MANUTENÇÃO".

7.45. É vedado à **CONTRATADA** sob pena de rescisão contratual: a transferência, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira ou veicular publicidade acerca do Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

7.46. DAS OBRIGAÇÕES com o PREPOSTO, é de responsabilidade da **CONTRATADA**:

a) Nomear preposto, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com os fiscais e gestor da CONTRATANTE, nomeado por Ordem de Serviço Interna, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquele e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

b) A nomeação prevista no item anterior deverá ser feita por escrito, em documento assinado por representante legal da empresa **CONTRATADA**, fazendo constar os dados mínimos necessários do preposto tais como: nome, CPF, carteira de identidade, registro profissional competente, e-mail e nº de telefone celular com disponibilidade para atendimento e contato com o fiscal, bem como com os funcionários alocados para recebimento e providências que se fizerem necessários.

7.47. O preposto selecionado deve ser profissional que tenha capacidade e autonomia gerencial para planejamento logístico e a movimentação local de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para assegurar a dinâmica operacional e o controle implícitos à execução eficaz do serviço.

7.48. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração da Embrapa Gado de Corte, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, no primeiro dia útil após assinatura do Contrato, para assinar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência.

7.49. Feito o contato inicial o preposto deve contatar o Fiscal Técnico do contrato e visitar as dependências da **CONTRATADA**, no mínimo 1(uma) vez por semana por 04(quatro) horas, devidamente identificado através de crachá.

7.50. A **CONTRATADA** orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

7.51. Fornecer aos seus empregados benefícios, conforme estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria.

7.52. Apresentar, no momento da licitação, os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço.

7.53. Emitir o CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados vinculados ao contrato firmado, realizando todos os procedimentos cabíveis, bem como comunicar o ocorrido ao Serviço de Medicina e Segurança no Trabalho da Embrapa Gado de Corte.

7.54. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração e as previstas no PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional – PCMSO e Programa de Proteção Respiratória – PPR.

7.55. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

7.56. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, conforme exigência legal.

7.57. Os empregados deverão executar os serviços devidamente uniformizados e portando identificação visível.

7.58. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da **Embrapa**, nem pode onerar o objeto deste contrato.

7.59. É expressamente vedado à **CONTRATADA**:

a) A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **Embrapa**;

b) A subcontratação para a execução do objeto deste contrato, exceto quando indicados no termo de referência;

c) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **Embrapa**, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

CLÁUSULA OITAVA — DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

A **Embrapa**, além das demais obrigações se obriga, especialmente, às seguintes disposições:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.4. Não permitir que os empregados da **CONTRATADA** executem suas atividades sem o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) ou que não atendem às normas de segurança.

8.5. Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela **CONTRATADA**, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN n. 5/2017 SEGES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

8.7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.8. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, tais como:

- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas **CONTRATADA**;
- c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da **CONTRATADA**, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- d) Considerar os trabalhadores da **CONTRATADA** como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

CLÁUSULA NONA — DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato e pelo fiscal técnico do contrato.

9.1. Para efeito do contrato, considera-se:

- a) Gestor do contrato: empregado da **Embrapa** designado para coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual;
- b) Fiscal administrativo e/ou técnico do contrato: empregado (s) da **Embrapa** designado(s) para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato;

9.2. Os gestores, fiscais e seus substitutos serão indicados pela **Embrapa** por meio da competente Ordem de Serviço, na qual além da identificação completa dos empregados, constarão as atividades e obrigações a serem cumpridas por cada um, conforme os termos da Instrução Normativa nº 5 da SLTI/MOPG, de 26 de maio de 2017 e posteriores alterações, e também deverão seguir as orientações contidas Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos.

9.3. Os fiscais deverão promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.4. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste contrato e de tudo dará ciência à Contratada, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o objeto contratual.

9.5. A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da **Embrapa** ou de seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e previstas nos incisos 10.2.2. do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da **Embrapa**.

Parágrafo Único: A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

Parágrafo Primeiro: DA REPACTUAÇÃO:

É admitida repactuação deste contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos, que será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

11.1. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

11.2. As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos de mão de obra, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

11.3. Com base em ocorrências registradas durante a execução do contrato, poderão ser negociados os seguintes itens gerenciáveis: auxílio doença, licença paternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso prévio indenizado e indenização adicional.

11.4. A partir do segundo ano de vigência do contrato, este terá o percentual do item "aviso prévio trabalhado" zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano.

11.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

11.6. A repactuação produzirá efeitos financeiros:

- a) A partir da assinatura do instrumento de formalização da repactuação;
- b) Em data posterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações subsequentes; ou
- c) Em data anterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, exclusivamente quando esta envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.7. As repactuações serão formalizadas por meio de aditivo, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos.

11.8. O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

11.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à **Embrapa** ou à **CONTRATADA** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Parágrafo Segundo - DO REAJUSTE:

É admitido o reajuste do contrato para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, que será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório.

11.10. O reajuste será concedido mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

e) A disponibilidade orçamentária da **Embrapa**.

11.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

11.12. O reajuste ocorrerá utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

11.13. O reajuste somente será realizado mediante pedido da **CONTRATADA**, o qual deverá ser instruído com a nova planilha de preços.

11.14. Os reajustes serão formalizados por meio de aditivo, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos.

11.15. O prazo para a **CONTRATADA** solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

11.16. Caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

11.17. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA RESCISÃO

12.1. A rescisão do contrato se dá conforme as hipóteses previstas abaixo:

a) de forma unilateral, assegurada à prévia defesa;

b) por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a **Embrapa** e para a **CONTRATADA**; e

c) por determinação judicial.

12.2. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

c) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

d) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;

e) inobservância da vedação ao nepotismo;

f) prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou a reputação da **Embrapa**, direta ou indiretamente; e

g) a não manutenção dos preços ou condições mais vantajosas para a **Embrapa**, conforme proposta de preços apresentada na licitação.

12.3. A rescisão decorrente dos motivos elencados nas alíneas “c”, “d”, “e”, “f” e “g” deste item será efetivada após o regular processo administrativo.

12.4. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

12.5. Quando a rescisão decorrer de ato unilateral motivado pelas alíneas do Parágrafo Primeiro, concomitante, será aplicada multa compensatória no patamar de 15% (quinze por cento) do valor global estimado para o contrato, sem prejuízo de ressarcimento por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, além das exigências estabelecidas no Edital; e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº ____/2023, constante do processo SEI nº 21177.000116/2023-00, bem como à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DO PAGAMENTO

14.1. Pelos serviços a serem prestados, a **Embrapa** pagará à **CONTRATADA** o valor definido na **Cláusula Nona**, já inclusos os impostos, taxas, encargos sociais e administrativos, bem como as despesas com locomoção/hospedagem do responsável técnico, a ser pago em uma única parcela, até o 30º (trigésimo) dia após a entrega e aprovação dos relatórios por parte da área técnica da **Embrapa**.

14.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária cujo valor será creditado em conta corrente de acordo com os dados bancários informados pelo contratado, em até 15 (quinze) dias contados a partir do atesto de recebimento de cada etapa do serviço.

14.3. As notas fiscais e os documentos exigidos pela **Embrapa** para fins de liquidação e de pagamento das despesas deverão ser encaminhadas à gestão do contrato (cnpgc.nfe@embrapa.br e cnpgc.contratos@embrapa.br).

14.4. Caso não haja expediente na **Embrapa** no dia do vencimento da Nota Fiscal, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

14.5. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

14.6. A retenção dos tributos não será efetuada caso a **CONTRATADA** apresente, junto com sua nota fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

14.7. As eventuais multas, deduções referente às sanções serão abatidas do valor referente ao pagamento do serviço.

14.8. O procedimento acima será precedido de processo administrativo garantido o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

14.9. A suspensão do pagamento, devidamente motivada, não autoriza a paralisação dos serviços, cabendo à **CONTRATADA** contestar a motivação no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, sob pena de aceitação tácita.

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **Embrapa**, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.11. A **Embrapa** não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DO PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS POR MEIO DE CONTA VINCULADA ESPECÍFICA

A **Embrapa**, de acordo com o que determina o inciso I do Art. 19-A da Instrução Normativa nº 2/2008 SLTI/MPOG provisionará, do valor mensal do contrato, os valores referentes ao pagamento das férias, 13º salário, aviso prévio indenizado e trabalho e verbas rescisórias aos trabalhadores da **CONTRATADA** e depositará o montante em conta vinculada específica, aberta em instituição bancária oficial em nome da empresa e bloqueada para movimentação.

15.1. A movimentação da conta vinculada será mediante autorização da **Embrapa** e será feita exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

15.2. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13º salário;
- b) Férias e abono de férias;
- c) Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa;
- d) Impacto sobre férias e 13º salário;
- e) Aviso prévio indenizado e trabalhado.

15.3. Os valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

15.4. A abertura e movimentação da referida conta ficam condicionadas à emissão pela **Embrapa** de ofícios, conforme Anexo I do Edital.

15.5. Os ônus decorrentes da movimentação e manutenção da conta vinculada correrão à custa da **CONTRATADA**.

15.6. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice definido no acordo de cooperação entre a **Embrapa** e a instituição bancária.

15.7. O valor da conta vinculada somente será liberado para o pagamento direto das verbas aos trabalhadores nas seguintes condições:

- a) Parcial e anualmente pelo valor correspondente aos 13º salários dos empregados vinculados ao contrato, quando devidos;
- b) Parcialmente pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

15.8. A **CONTRATADA** poderá solicitar a autorização da **Embrapa** para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, nas seguintes condições:

- a) Para liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Embrapa** os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- b) A **Embrapa** expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.
- c) A autorização de que trata o item anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

15.9. A **CONTRATADA** somente terá direito a reembolso de verbas da conta vinculada referente as férias e 13º salário, sendo vedado totalmente em casos decorrentes de rescisões dos contratos de trabalhos. Estes deverão obrigatoriamente ser feitos previamente/anteriormente à ocorrência da obrigação trabalhista e de seus respectivos prazos de vencimento, sendo que a autorização liberatória pretendida se dará exclusivamente para a transferência bancária de valores para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos, conforme Instrução Normativa nº 2/2008 SLTI/MPOG.

15.10. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à **CONTRATADA** no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

15.11. Os valores provisionados para atendimento do parágrafo segundo desta Cláusula serão discriminados conforme tabela abaixo, sendo o percentual incidente sobre a remuneração total dos funcionários.

ITEM	PERCENTUAL
13º Salário.	8,33%
Férias e Abono de Férias.	12,10%
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado.	4,00%
Subtotal	24,43%
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	7,39% 7,60% 7,82%
Total	31,82%32,03%32,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3% referente ao grau de risco de acidente do trabalho, prevista no Art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DAS SANÇÕES

16.1. Além das sanções descritas no Edital, a **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- b) A multa será aplicada conforme itens 16.10.1 e 16.10.2, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% para o grau de 1 a 3 e 20% para o grau 4 ou 5.
- c) A Administração reserva-se o direito de aplicar multa compensatória até o limite de 20% do valor contratual do item 1 do grupo 1, nos casos em que as ocorrências ensejar prejuízos à Embrapa Gado de Corte.

16.2. Também fica sujeita às penalidades da lei, a **CONTRATADA** que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na lei.

16.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

16.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16.9. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

16.10. Pelo descumprimento de cláusulas contratuais específicas, a Administração da Embrapa Gado de Corte poderá, ainda, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, de acordo com os graus atribuídos, conforme a seguir:

16.10.1. GRAU/CORRESPONDÊNCIA

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	Multa de até 0,3% sobre o valor mensal do contrato
02	Multa de até 0,6% sobre o valor mensal do contrato
03	Multa de até 1,2% sobre o valor mensal do contrato
04	Multa de até 2,4% sobre o valor mensal do contrato
05	Multa de até 4,8% sobre o valor mensal do contrato
06	Multa de até 9,6% sobre o valor mensal do contrato

19.10.2. INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pelos fiscais e gestor do contrato ou na execução de outras obrigações contratuais.	1	Por ocorrência
2	Atrasar o pagamento dos salários ou acréscimos salariais decorrentes de lei, contrato ou dissídio.	5	Por ocorrência
3	Descontar, indevidamente, do salário dos seus empregados o custo do uniforme, calçado e equipamento de proteção individual.	4	Por empregado
4	Interromper a realização dos serviços.	5	Por ocorrência de paralisação
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, desde que pertinentes às suas atividades.	5	Por ocorrência
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por ocorrência, total ou parcialmente;	5	Por dia e por ocorrência
8	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
9	Fornecer informação falsa de serviço ou de substituição de material.	2	Por ocorrência
10	Destruir ou danificar documentos, registros e equipamentos da CONTRATANTE por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
11	Ocorrência de pressão positiva na área biocontida NB3 causada por ausência de manutenção, manutenção indevida ou falta de mecanismo ou sistemática que poderia evitá-lo.	6	Por ocorrência
12	Ocorrência de vazamento de efluente potencialmente contaminado antes do ciclo de termo desinfecção, incluindo tubulações e tanque de coleta, causada por ausência de manutenção, manutenção indevida ou falta de mecanismo ou sistemática que poderia evitá-lo.	6	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
11	Anotar regularmente as funções profissionais na carteira de trabalho dos empregados que atuarão na prestação de serviços.	5	Por empregado
12	Apresentar, quando solicitado pelo fiscal, registro de frequência e escala de férias de seus empregados, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência
13	Comunicar, por escrito, à Instituição, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços.	3	Por ocorrência
14	Cumprir as obrigações trabalhistas previstas na lei e na convenção coletiva.	2	Por ocorrência
15	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
16	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	1	Por ocorrência
17	Designar preposto.	4	Por ocorrência
18	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por dia e por ocorrência
19	Executar no prazo programado ou de forma satisfatória as rotinas constantes dos itens referentes à descrição dos serviços.	1	Por ocorrência
20	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 72(setenta e duas) horas contados da autorização da fiscalização e sem a devida justificativa.	2	Por dia
21	Manter ferramentas, equipamentos e acessórios necessários à execução dos serviços disponíveis no Biopec.	1	Por ocorrência
22	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de materiais utilizados relacionados ao item 2 do grupo 1, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.);	1	Por ocorrência
23	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
24	Substituir qualquer dos materiais, equipamentos e utensílios (ferramentas) quando solicitado pelo órgão, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas.	1	Por Dia
25	Cumprir os prazos estipulados na CLT e/ou Acordo Coletivo de Trabalho, quanto ao gozo de férias da mão de obra exclusiva deste contrato.	6	Por empregado
26	Apresentar pelo menos um substituto, no caso de ausência dos dois empregados.	6	Por ocorrência
27	O funcionário de apresentar-se identificado e uniformizado	1	Por ocorrência

16.11. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da Embrapa Gado de Corte, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas.

16.12. Após 30(trinta) dias de descumprimento de cláusulas contratuais poderá ser considerada inexecução do contrato.

16.13. Toda aplicação de penalidade será precedida do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será encaminhado para publicação, pela **Embrapa**, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, para ser publicado, no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DO NEPOTISMO

É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da **Embrapa** que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

18.1. Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e às determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

19.1. Considerando que o presente Contrato vincula-se à execução de políticas públicas pela EMBRAPA, por força do inciso III do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, é dispensado o consentimento dos titulares dos dados pessoais.

19.2. Apesar da dispensa legal prevista no inciso III do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, de forma a evitar qualquer questionamento futuro, as pessoas físicas signatárias deste instrumento consentem na utilização de seus dados pessoais para os propósitos mencionados no Parágrafo Terceiro, abaixo.

19.3. Nos termos da Lei nº 13.709, de 2018, os dados pessoais relativos às pessoas físicas identificadas neste Contrato, ou seja, nome, nacionalidade, estado civil, número da cédula de identidade e do CPF, matrícula funcional, e-mail e telefone serão utilizados para as finalidades específicas de identificação dos representantes legais das partes e viabilização de relacionamento jurídico.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitida pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da seção judiciária da Justiça Federal de Campo Grande/MS, em privilégio a qualquer outro, para dirimir as questões oriundas deste CONTRATO.

21.1. Estando assim ajustadas, depois de lido e achado conforme, as partes assinam por meio eletrônico, de acordo com as normas internas da Embrapa (RN nº 8, de 17.07.2017 - SEI e DD nº 2, de 05.02.2019 - SAIC), ou certificação digital conforme disposto no Código de Processo Civil, o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e subscritas, encaminhando cópia do documento devidamente assinado a outra parte.

OU

21.2. Tratando-se de vias impressas, estando às partes de acordo, para o mesmo efeito de direito, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 20 ____.

Pela Embrapa:

Chefe Adjunto de Administração

Chefe Geral

Pela Contratada:

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Silvio Pinheiro, Chefe-Adjunto**, em 24/02/2023, às 12:04, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8414923** e o código CRC **591B01BA**.